VILAREALSTºANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
NUMERO ENTRADA 68/2014
DATA 15/12

Aprovado em sessão ordinária de 29.12.2014

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	DATA
		Saída/2014/7590	12-12-2014

ASSUNTO: ORÇAMENTO MUNICIAL PARA 2015

Deliberou esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2014, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/322 "Orçamento Municipal de 2015" tomada em reunião de câmara de dia 29/10/2014, bem como a proposta Saída/2014/6990 tomada em reunião de câmara de 25/11/2014, aprovar a proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2015 e o Quadro Plurianual Municipal com o horizonte temporal 2015-2018 (em conformidade com a alínea a) n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro bem como o previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro) e submeter a mesma a aprovação da Assembleia Municipal, e atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório OE 2015, em 1.0%.

Assim, junto envio a V.Exa. para efeitos de apreciação e posterior aprovação dessa Assembleia Municipal, fotocópia da deliberação.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara,

Luís Filipe Soromenho Gomes

fr

Municipio de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

ORÇAMENTO MUNICIAL PARA 2015.

Aprovado em reunião
de 12 DEZ. 2014

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/322 "Orçamento Municipal de 2015" tomada em reunião de câmara de dia 29/10/2014, bem como a proposta Saída/2014/6990 tomada em reunião de câmara de 25/11/2014, aprovar a proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2015 e o Quadro Plurianual Municipal com o horizonte temporal 2015-2018 (em conformidade com a alínea a) n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro bem como o previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro) e submeter a mesma a aprovação da Assembleia Municipal, e atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório OE 2015, em 1.0%, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
de 12 DEZ. 2014

N.º Propostas/2014/371

ASSUNTO:

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015

CONSIDERANDO QUE:

O presente Orçamento Municipal continua a ser um orçamento marcado por fortes condicionalismos, reflexo das restrições a que o Município está sujeito pela candidatura ao PAEL, por um lado, e pela conjuntura económica que continua a afetar o País, por outro.

A fraca execução orçamental de algumas receitas previstas no orçamento para o ano 2014 representa um enorme desafio à gestão municipal, obrigando a uma gestão mais contida sobre as despesas correntes do Município e havendo até a necessidade de impor regras e medidas de contenção de custos e aumento de receitas por forma a minimizar o impacto da quebra de liquidez imediata sofrida nestes últimos anos.

O poder local continua a deparar-se com uma situação de crise financeira grave e generalizada em todos os sectores da economia que tem tido impacto adverso na geração da receita e na composição da despesa e para as quais é necessário continuar a desenvolver mecanismos adequados para se ultrapassarem os constrangimentos a curto prazo.

As Autarquias, como as demais entidades públicas que dependem da arrecadação de taxas e impostos, sentiram quebras nas receitas, por via das dificuldades financeiras que atingem as famílias e as empresas, partilhando assim as consequências do fraco crescimento da economia e falta de liquidez dos agentes económicos. O sector público tem sofrido o impacto da menor capacidade financeira dos seus contribuintes, que provoca o consequente aumento dos apoios sociais aos cidadãos mais afetados.

Impera a regra da prudência que o POCAL exige na aplicação às receitas de variação irregular, como são as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, o critério da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. Podemos afirmar que existem alguns sinais que indiciam

que a economia está a recuperar, criando assim a expetativa para o incremento de receita nalgumas rubricas.

É expectável que as dificuldades sociais se mantenham em 2015, o que representará, inevitavelmente, a manutenção das necessidades de apoio aos grupos mais desfavorecidos da população municipal, às quais a Autarquia não pode ficar indiferente.

Foi neste cenário que o Executivo Municipal apresentou no dia 17 de Outubro de 2011, o Plano de Contenção Financeira da Autarquia onde estão inscritas as 100 medidas de redução de despesa, que tem vindo a minorar o impacto negativo da atual conjuntura económica, estando estas, inevitavelmente refletidas no presente Orçamento.

No seguimento do Plano de Ajustamento Financeiro consubstanciado na Candidatura ao Programa I do Programa de apoio à economia local (PAEL), previsto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António a 2012/10/03, o orçamento municipal para o exercício de 2015 encontra-se condicionado pela candidatura ao PAEL, tendo de cumprir com requisitos legais que obrigam a uma redução na despesa e otimização da receita.

Decorreu um longo período temporal entre a candidatura ao PAEL e a atribuição por parte do Tribunal de Contas dos Vistos para os empréstimos aprovados. Por isso, o Município incorreu em despesas decorrentes do atraso dos pagamentos de dívida incluída no processo do PAEL e outras despesas, ao longo dos últimos dois anos que tiveram por base uma previsão receita (p.e. a venda de terrenos), mas que, dada a conjuntura económica, acabaram por não ocorrer.

Este orçamento prevê a possibilidade de adesão do Município ao FAM (Fundo de Apoio Municipal), nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que terá como objetivo a negociação da dívida quer com os credores financeiros quer com credores comerciais com vista que possibilite por um lado a redução do serviço da dívida,

nomeadamente ao nível dos seus encargos financeiros e por outro lado a celebração de acordos para a regularização/redução dos encargos com a dívida de curto prazo.

Após aprovação na sessão de Câmara realizada a 29 de outubro da Proposta/2014/322 de 24 de outubro de 2014, com o Orçamento Municipal para 2015, o Município submeteu os documentos previsionais para apreciação técnica da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais no dia 31 de outubro de 2014;

No âmbito da apreciação técnica aos documentos previsionais para 2015, vem a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais solicitar o Quadro Plurianual Municipal com o horizonte temporal 2015-2018, previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro por forma a acompanhar em simultâneo o orçamento municipal. Este quadro plurianual de programação orçamental define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, numa base móvel que abranja os quatro anos seguintes; os limites apresentados são vinculativos para o ano seguinte (2016) ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes (2017-2018), conforme o disposto no n.º 3 do artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

Ainda no âmbito da apreciação técnica o Município, após reunião tida com a DGAL, decidiu acatar as recomendações, nomeadamente retirar desta proposta de orçamento para 2015, os montantes afetos à 3ª Fase do PAEL (receita e despesa), visto que foi libertada a ultima tranche e paga toda a despesa consignada a esse empréstimo, o que estava previsto acontecer no início de 2015 aquando da elaboração da primeira proposta de orçamento;

O orçamento para o ano de 2015, tem um valor total de trinta e sete milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis euros, composto por dois orçamentos:

i) O orçamento de base zero

ii) O orçamento corresponde ao Fundo de Apoio Municipal

VILAREALST°ANTONIO

Proposta

O Município, de acordo com a alínea b) n.º1 do artigo 10º da Lei n.º 43/2012, tem de submeter à DGAL, os documentos previsionais para apreciação técnica antes da sua apresentação, para aprovação, à assembleia municipal.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

1 – Revogar a deliberação de aprovação da Proposta/2014/322 "Orçamento Municipal de 2015" tomada em reunião de câmara de dia 29/10/2014, bem como a proposta Saída/2014/6990 tomada em reunião de câmara de 25/11/2014;

2 - Aprovar a presente proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2015 e o Quadro Plurianual Municipal com o horizonte temporal 2015-2018 (em conformidade com a alínea a) n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro bem como o previsto no art.44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro), e submeter a mesma a aprovação da Assembleia Municipal.

3 - A atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório OE 2015, em 1.0%.

Vila Real de Santo António, 9 de Dezembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes

VILAREALSTºANTONIO

Município de VRSA

Orçamento
Municipal
2015

ESTRUTURA:

- Mapa Resumo do Orçamento
- Mapa Resumo do Orçamento por Capítulos
- Lista Geral do Orçamento
- Resumo da Despesa por Classificação Orgânica
- Grandes Opções do Plano (GOP)
- Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- Actividades Mais Relevantes (AMR)
- Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2015-2018

ANEXOS:

Plano de Actividades e Orçamento de 2015 da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. SA

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	20.905.198		Correntes	30.759.014	
Capital	16.661.648		Capital	6.807.832	
Total:		37.566.846	Total:		37.566.846
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
	Total Geral:	37.566.846		Total Geral:	37.566.846

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Vila Real de Santo António

Resumo do orçamento por Capitulo para 2015

	Receitas	Montante
01	Impostos directos	9.263.924
02	Impostos indirectos	304.448
03	Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04	Taxas, multas e outras penalidades	629.170
05	Rendimentos da propriedade	446.247
06	Transferências correntes	3.718.626
07	Venda de bens e serviços correntes	6.243.214
08	Outras receitas correntes	299.569
	Total das Receitas Correntes	**20.905.198**
09	Venda de bens de investimento	453.352
10	Transferências de capital	1.733.168
11	Activos financeiros	
12	Passivos financeiros	
13	Outras receitas de capital	14.437.064
14	Recursos próprios comunitários	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	38.064
16	Saldo da gerência anterior	
17	Operações extra-orçamentais	
	Total das Receitas Capital	**16.661.648**

	Despesas	Montante
01	Despesas com o pessoal	8.128.689
02	Aquisição de bens e serviços	13.058.093
03	Juros e outros encargos	4.043.179
04	Transferências correntes	4.591.584
05	Subsídios	
06	Outras despesas correntes	937.469
	Total das Despesas Correntes	**30.759.014**
07	Aquisição de bens de capital	1.229.568
08	Transferências de capital	521.105
09	Activos financeiros	116.743
10	Passivos financeiros	3.078.550
11	Outras despesas de capital	1.861.866
12	Operações extra-orçamentais	
17	Operações extra-orçamentais	
	Total das Despesas de Capital	**6.807.832**

Total das Receitas: 37.566.846

Total das Despesas: 37.566.846

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
01	**Impostos directos**	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	7.392.486
010203	Imposto único de circulação	454.942
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.263.673
010205	Derrama	152.323
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	100
01020702	Imposto municipal de sisa	100
01020703	Imposto municipal sobre veículos	100
01020799	Outros impostos abolidos	100
010299	Impostos directos diversos	
01029902	impostos directos diversos	100
	Total do Capítulo Económico 01:	9.263.924
02	**Impostos indirectos**	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	
02020602	Loteamentos e obras	112.098
02020603	Ocupação da via pública	38.561
02020605	Publicidade	30.936
02020607	Utilização da rede viária municipal	100
02020699	Outros	
0202069901	TMDP - Taxa municipal de direitos de passagem	5.346
0202069902	TDFTH-Tx de depósito da ficha técnica da habitação	100
0202069903	Licenças de Máquinas de Diversão	122
0202069904	Licenciamento de Actividade Industrial	100
0202069905	Inspecção de Ascensores	31.989
0202069906	Licenciamento/Armazenagem Combustíveis	100
0202069907	Espectáculos e Divertimentos Públicos	719
0202069908	Licenciamento de Taxis	161
0202069909	Licenciamento Veiculos Transporte Turistico-Trens	100
0202069910	Licença Especial de Ruido	7.937
0202069999	Outros	76.079
	Total do Capítulo Económico 02:	304.448
04	**Taxas, multas e outras penalidades**	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
04012301	Mercados e feiras	
0401230101	Cobradores - Bancas VRSA	63.953
0401230102	Cobradores - Bancas Monte Gordo	4.825
0401230103	Cobradores - Bancas VNCacela	5.054
0401230104	Mercado Mensal VNCacela	26.246
0401230199	Outros	594
04012302	Loteamentos e obras	38.551
04012303	Ocupação da via pública	
0401230301	Ocupação via pública - Casuística	10.606
0401230302	Ocupação via pública - Periódica	1.468
0401230399	Outros	186
04012305	Caça, uso e porte de arma	134
04012399	Outras	
0401239901	TDFTH-Tx de depósito da ficha técnica da habitação	3
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	977
0401239903	Veículos de Tracção Animal	325
0401239905	Inspecção de Ascensores	278
0401239908	Ficha Técnica de Habitação	100
0401239909	TDFTH-Taxa deposito da ficha técnica da habitação	100
0401239910	Taxa pela Apreciação de Pedidos	239.201
0401239911	CAM-Coeficiente de conservação	100
0401239913	Taxa Municipal de Protecção Civil	196.333
0401239999	Outras taxas	11.918
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	13.911
040202	Juros compensatórios	7.477
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	4.770
040299	Multas e penalidades diversas	2.060
	Total do Capítulo Económico 04:	629.170
05	**Rendimentos da propriedade**	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	4.873
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	71.145
0510	Rendas	
051004	Edifícios	19.639
051099	Outros	100.590

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
0511	Activos incorpóreos	250.000
	Total do Capítulo Económico 05:	446.247
06	**Transferências correntes**	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	250.000
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.501.536
06030102	Fundo Social Municipal	325.545
06030103	Participação fixa no IRS	577.290
06030104	Fundo de Financiamento das Freguesias	100
06030199	Outras	790.517
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	273.638
	Total do Capítulo Económico 06:	3.718.626
07	**Venda de bens e serviços correntes**	
0701	Venda de bens	
070102	Livros e documentação técnica	100
070103	Publicações e impressos	
07010301	Publicações - Centro Cultural	711
07010399	Outras Publicações e impressos	8.035
070105	Bens inutilizados	100
070108	Mercadorias	
07010801	Consumo de Agua	20.078
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	20.057
07011099	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	5.185
070205	Actividades de saúde	100
070207	Alimentação e alojamento	46.718
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	100
07020802	Serviços recreativos	
0702080202	Serviços Recreativos - UTL	100
0702080299	Outros	100
07020803	Serviços culturais	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
0702080302	Venda de Bilhetes de Espectáculos	1.526
0702080399	Outros	56
07020804	Serviços desportivos	1.961
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	
0702090101	Recolha e tratamento	661
07020902	Resíduos sólidos	
0702090201	Recolha e tratamento	1.675.376
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes Escolares - Vinhetas	13.838
07020904	Trabalhos por conta de particulares	6.244
07020905	Cemitérios	96.220
07020906	Mercados e feiras	
0702090601	Feira da Praia VRSA	209.325
0702090602	Festa de Monte Gordo	33.141
0702090603	Feira de Vila Nova Cacela	100
0702090604	Festa de VRSA	100
0702090699	Outros	100
07020907	Parques de estacionamento	550.000
07020908	Parques de campismo	
0702090801	Visitas e Ténis	6.861
0702090899	Outros de Parque de Campismo	1.812.789
07020999	Outros	
0702099999	Outras	100
070299	Outros	
07029902	Encargos de cobrança de receitas	100
07029999	Outros	147
0703	Rendas	
070301	Habitações	
07030101	Bairro 112 Fogos - Sitio do Encalhe (VRSA)	4.316
07030102	Bairro Manta Rota 32 Fogos	5.303
07030103	Bairro 72 Fogos - Bairro da Barquinha (VRSA)	40.756
07030104	Bairro 36 Fogos - Bairro dos Navegantes (MG)	9.655
07030105	Bairro 48 Fogos - Bairro Caminhos de Ferro (VRSA)	27.377
07030106	Bairro Operário (VRSA)	181
07030107	Bairro C.P. (VRSA)	2.742
07030108	Bairro 160 Fogos (VRSA)	68.762

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
07030109	Bairro da Caixa de Previdência (VRSA)	8.567
07030110	Outras rendas em Bairros Sociais	3.695
07030111	Bairro Sto António (rotunda Praça Touros)	60.000
07030112	Bairro Avenida Catalunha	60.000
07030199	Outras rendas de habitação	4.330
070302	Edifícios	
07030201	Mercado VRSA	74.199
07030202	Mercado Monte Gordo	12.533
07030203	Mercado VNCacela	7.826
07030299	Outras rendas de edifícios	9.000
070399	Outras	
07039902	Outras Receitas de Vendas e Serviços	620.443
07039903	Concessão parques estacionamento	713.400
	Total do Capítulo Económico 07:	6.243.214
08	**Outras receitas correntes**	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019999	Diversas	299.569
	Total do Capítulo Económico 08:	299.569
	Total das Receitas Correntes:	20.905.198
09	**Venda de bens de investimento**	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	400.000
090102	Sociedades financeiras	100
090110	Famílias	470
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	39.486
090210	Famílias	13.196
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040103	Outros	100
	Total do Capítulo Económico 09:	453.352
10	**Transferências de capital**	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	166.837
10030199	Outras	818.055

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	748.276
	Total do Capítulo Económico 10:	1.733.168
13	**Outras receitas de capital**	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	100
130199	Outras	14.436.964
	Total do Capítulo Económico 13:	14.437.064
15	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	38.064
	Total do Capítulo Económico 15:	38.064
	Total das Receitas de Capital:	16.661.648
	Total do Orçamento da Receita:	37.566.846

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
01		**Administração Autárquica**	
0101		Assembleia Municipal	
0101	01	Despesas com o pessoal	
0101	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101	010204	Ajudas de custo	4.000
0101	010213	Outros suplementos e prémios	
0101	01021302	Outros	29.000
0101	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100
0101	0103	Segurança social	
0101	010309	Seguros	
0101	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
		Total do Capítulo Económico 01:	33.200
0101	02	Aquisição de bens e serviços	
0101	0201	Aquisição de bens	
0101	020108	Material de escritório	100
0101	020115	Prémios, condecorações e ofertas	100
0101	020117	Ferramentas e utensílios	50
0101	020118	Livros e documentação técnica	100
0101	020119	Artigos honoríficos e de decoração	100
0101	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
0101	020121	Outros bens	500
0101	0202	Aquisição de serviços	
0101	020211	Representação dos serviços	100
0101	020213	Deslocações e estadas	100
0101	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	100
0101	020217	Publicidade	900
0101	020225	Outros serviços	
0101	02022503	Outros Serviços	250
		Total do Capítulo Económico 02:	2.500
		Total das Despesas Correntes:	35.700
		Total da Divisão Orgânica 0101:	35.700
0102		Câmara Municipal	
0102	01	Despesas com o pessoal	
0102	0101	Remunerações certas e permanentes	
0102	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	134.000
0102	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102	01010401	Pessoal em Funções	3.650.000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	010106	Pessoal contratado a termo	
0102	01010601	Pessoal em Funções	73.000
0102	010108	Pessoal aguardando aposentação	48.000
0102	010109	Pessoal em qualquer outra situação	587.000
0102	010111	Representação	54.000
0102	010113	Subsidio de refeição	500.000
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	692.000
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	100.000
0102	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102	010202	Horas extraordinárias	125.000
0102	010204	Ajudas de custo	28.050
0102	010205	Abono para falhas	11.000
0102	010210	Subsídio de trabalho nocturno	24.000
0102	010211	Subsídio de turno	52.000
0102	010212	Indemnizações por cessação de funções	8.000
0102	010213	Outros suplementos e prémios	
0102	01021302	Outros	20.050
0102	0103	Segurança social	
0102	010301	Encargos com a saúde	150.050
0102	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	32.500
0102	010304	Outras prestações familiares	21.000
0102	010305	Contribuições para a segurança social	
0102	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	196.987
0102	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.100.764
0102	0103050202	Segurança Social - Regime Geral	409.742
0102	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	27.296
0102	010309	Seguros	
0102	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	51.050
		Total do Capítulo Económico 01:	8.095.489
0102	02	Aquisição de bens e serviços	
0102	0201	Aquisição de bens	
0102	020101	Matérias-primas e subsidiárias	5.510
0102	020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102	02010201	Gasolina	53.218
0102	02010202	Gasóleo	292.666
0102	02010299	Outros	151.393

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	020104	Limpeza e higiene	4.071
0102	020107	Vestuário e artigos pessoais	3.263
0102	020108	Material de escritório	56.327
0102	020110	Produtos vendidos nas farmácias	275
0102	020112	Material de transporte-Peças	39.330
0102	020114	Outro material-Peças	8.782
0102	020115	Prémios, condecorações e ofertas	3.292
0102	020116	Mercadorias para venda	
0102	02011601	Água	50
0102	02011602	Electricidade	50
0102	020117	Ferramentas e utensílios	2.818
0102	020118	Livros e documentação técnica	7.560
0102	020119	Artigos honoríficos e de decoração	50
0102	020120	Material de educação, cultura e recreio	57.796
0102	020121	Outros bens	4.069.236
0102	0202	Aquisição de serviços	
0102	020201	Encargos das instalações	1.045.612
0102	020202	Limpeza e higiene	1.269.582
0102	020203	Conservação de bens	269.901
0102	020204	Locação de edifícios	1.752.762
0102	020205	Locação de material de informática	12.336
0102	020206	Locação de material de transporte	5.050
0102	020209	Comunicações	185.391
0102	020210	Transportes	118.741
0102	020212	Seguros	110.685
0102	020213	Deslocações e estadas	43.536
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	565.664
0102	020215	Formação	1.125
0102	020216	Seminários, exposições e similares	685.629
0102	020217	Publicidade	111.349
0102	020218	Vigilância e segurança	25.065
0102	020219	Assistência técnica	177.898
0102	020220	Outros trabalhos especializados	227.070
0102	020222	Serviços de saúde	117.050
0102	020224	Encargos de cobrança de receitas	100.000
0102	020225	Outros serviços	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	02022503	Outros Serviços	1.475.460
		Total do Capítulo Económico 02:	13.055.593
0102	03	Juros e outros encargos	
0102	0301	Juros da dívida pública	
0102	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0102	03010301	Empréstimos de curto prazo	50
0102	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0102	0301030201	PRF-plano de reequilibrio financeiro	1.921.051
0102	0301030299	Emp. M/ L prazo - outros	22.350
0102	030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0102	03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	
0102	0301050201	PAEL-Programa de apoio à economia local	720.845
0102	0303	Juros de locação financeira	
0102	030303	Edifícios	2.700
0102	030305	Material de transporte	550
0102	0305	Outros juros	
0102	030502	Outros	1.375.633
		Total do Capítulo Económico 03:	4.043.179
0102	04	Transferências correntes	
0102	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102	040101	Públicas	
0102	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.573.801
0102	0405	Administração local	
0102	040501	Continente	
0102	04050102	Freguesias	190.006
0102	04050104	Associações de munícipios	189.343
0102	04050106	Regiões de turismo	1.050
0102	04050108	Outros	10.430
0102	0406	Segurança social	
0102	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	378.789
0102	040602	Outras transferências	50
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	975.931
0102	0408	Famílias	
0102	040802	Outras	233.434
0102	0409	Resto do mundo	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	040903	Países terceiros e organizações internacionais	38.750
		Total do Capítulo Económico 04:	4.591.584
0102	06	Outras despesas correntes	
0102	0602	Diversas	
0102	060201	Impostos e taxas	262.573
0102	060203	Outras	
0102	06020301	Outras restituições	32.514
0102	06020302	IVA pago	75.000
0102	06020304	Serviços bancários	231.909
0102	06020305	Outras	335.473
		Total do Capítulo Económico 06:	937.469
		Total das Despesas Correntes:	30.723.314
0102	07	Aquisição de bens de capital	
0102	0701	Investimentos	
0102	070101	Terrenos	38.037
0102	070102	Habitações	
0102	07010201	Construção	50
0102	07010202	Aquisição	20.050
0102	07010203	Reparação e beneficiação	8.281
0102	070103	Edifícios	
0102	07010301	Instalações de serviços	50
0102	07010302	Instalações desportivas e recreativas	91.773
0102	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	50
0102	07010304	Creches	50
0102	07010305	Escolas	50
0102	07010307	Outros	5.088
0102	070104	Construções diversas	
0102	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	250.079
0102	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	38.889
0102	07010404	Iluminação pública	50
0102	07010405	Parques e jardins	2.320
0102	07010406	Instalações desportivas e recreativas	550
0102	07010408	Viação rural	50
0102	07010409	Sinalização e trânsito	50
0102	07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	3.232
0102	07010412	Cemitérios	50
0102	07010413	Outros	3.770

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	070107	Equipamento de informática	11.515
0102	070108	Software informático	10.947
0102	070109	Equipamento administrativo	50
0102	070110	Equipamento básico	
0102	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	237
0102	07011002	Outro	50
0102	070111	Ferramentas e utensílios	50
0102	070112	Artigos e objectos de valor	50
0102	070113	Investimentos incorpóreos	96.686
0102	070115	Outros investimentos	50
0102	0702	Locação financeira	
0102	070203	Edificios	245.250
0102	070205	Material de transporte	550
0102	070206	Material de informática	50
0102	0703	Bens de domínio público	
0102	070302	Edificios	
0102	07030205	Escolas	50
0102	070303	Outras construções e infraestruturas	
0102	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	136.220
0102	07030304	Iluminação pública	5.732
0102	07030305	Parques e jardins	19.085
0102	07030306	Instalações desportivas e recreativas	50
0102	07030312	Cemitérios	235.327
0102	07030313	Outros	50
0102	070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	5.050
		Total do Capítulo Económico 07:	1.229.568
0102	08	Transferências de capital	
0102	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102	080101	Públicas	
0102	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	400.050
0102	0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	121.055
		Total do Capítulo Económico 08:	521.105
0102	09	Activos financeiros	
0102	0908	Unidades de participação	
0102	090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	116.743
		Total do Capítulo Económico 09:	116.743

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	10	Passivos financeiros	
0102	1005	Empréstimos a curto prazo	
0102	100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	50
0102	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0102	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.861.795
0102	100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	1.216.705
		Total do Capítulo Económico 10:	3.078.550
0102	11	Outras despesas de capital	
0102	1102	Diversas	
0102	110299	Outras	1.861.866
		Total do Capítulo Económico 11:	1.861.866
		Total das Despesas de Capital:	6.807.832
		Total da Divisão Orgânica 0102:	37.531.146
		Total do Capítulo Orgânico 01:	37.566.846
		Total do Orçamento da Despesa:	37.566.846

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Vila Real de Santo António

Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2015)

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
0101 Assembleia Municipal	35.700,00	0,00	35.700,00
0102 Câmara Municipal	30.723.314,00	6.807.832,00	37.531.146,00
Total Geral:	**30.759.014,00**	**6.807.832,00**	**37.566.846,00**

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2015 Financiam. definido (c)	Despesas 2015 Financiam. não definido (d)	Despesas Anos seguintes 2016 (e)	Despesas Anos seguintes 2017 (f)	Despesas Anos seguintes 2018 (g)	Despesas Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
1				**Funções Gerais**																		
1	111			**Administração Geral**																		
1	111	2005/3		aquisição de equipamento de transporte																		
1	111	2005/3	1	Equipamento de transporte c/ locação	0102 070205	O				3	01/2005	12/2018			500	500		500				1.000
1	111	2005/8		Aquisição de terrenos	0102 070101	O				3	01/2005	12/2023			27.063	27.063		27.063	27.063	27.063	27.063	135.315
1	111	2005/24		Operação de leasing imobiliario	0102 070203	O				3	01/2005	12/2018			65.000	65.000		5.000				70.000
1	111	2006/5012		Aquisição de Edifício																		
1	111	2006/50121		Câmara Municipal- instalações provisórias	0102 070203	O				3	01/2006	12/2018			180.200	180.200		5.000				185.200
											Totais do Programa 111:				272.763	272.763		37.563	27.063	27.063	27.063	391.515
							Totais do Objetivo 1:							0	272.763	272.763	0	37.563	27.063	27.063	27.063	391.515
2				**Funções Sociais**																		
2	232			**Acção Social**																		
2	232	2012/25		Acção social - habitação																		
2	232	2012/25	10	Aquisição de habitação social	0102 07010202	O				1	01/2012	12/2018			20.000	20.000		5.000				25.000
											Totais do Programa 232:				20.000	20.000		5.000				25.000
2	242			**Ordenamento do Território**																		
2	242	2014/1		Execução de Trabalhos de Requalificação Urbana PASSO A PASSO	0102 07030301	E				7	01/2014	12/2018			107.220	107.220		50.000				157.220
2	242	2015/1		Requalificação e valorização turística em Manta Rota	0102 07010401	E				3	01/2015	12/2016			79.950	79.950		5.000				84.950
											Totais do Programa 242:				187.170	187.170		55.000				242.170
2	246			**Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza**																		
2	246	2012/10		Cemitério																		
2	246	2012/10	9	Construção de catacumbas/ossários/wc	0102 07030312	O				4	01/2012	12/2018			77.035	77.035		5.000				82.035
											Totais do Programa 246:				77.035	77.035		5.000				82.035
2	251			**Cultura**																		
2	251	2013/2		Biblioteca - fundo documental	0102 070305	O				1	01/2013	12/2018			5.000	5.000		5.000				10.000
											Totais do Programa 251:				5.000	5.000		5.000				10.000
							Totais do Objetivo 2:							0	289.205	289.205	0	70.000	0	0	0	359.205

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
3				**Funções Económicas**																		
3	320			**Indústria e Energia**																		
3	320	2014/2		Iluminação pública- Conservação/Ampliação de rede	0102 07030304	E				7	01/2014	12/2018			5.000	5.000		5.000				10.000
											Totais do Programa 320:				5.000	5.000		5.000				10.000
3	331			**Transportes Rodoviários**																		
3	331	2014/3		Rotunda da Barquinha	0102 07010401	E				3	01/2014	12/2018			170.079	170.079		5.000				175.079
											Totais do Programa 331:				170.079	170.079		5.000				175.079
							Totais do Objetivo 3:							0	175.079	175.079	0	10.000	0	0	0	185.079
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1		Outras Funções - Outras																		
4	410	2011/1	1	Aquisição de Água	0102 02011601	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	2	Investimento em Edifícios - Escolas	0102 07010305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	3	Material de escritório	0102 020108	O				3	01/2011	12/2018			32.327	32.327						32.327
4	410	2011/1	4	Outros bens	0102 020121	O				3	01/2011	12/2018			3.761.354	3.761.354						3.761.354
4	410	2011/1	5	Encargos com instalações	0102 020201	O				3	01/2011	12/2018			294.796	294.796						294.796
4	410	2011/1	6	Serviços de limpeza	0102 020202	O				3	01/2011	12/2018			767.437	767.437						767.437
4	410	2011/1	7	Comunicações	0102 020209	O				3	01/2011	12/2018			56.961	56.961						56.961
4	410	2011/1	8	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102 020214	O				3	01/2011	12/2018			65.495	65.495						65.495
4	410	2011/1	9	Seminários e similares	0102 020216	O				3	01/2011	12/2018			154.079	154.079						154.079
4	410	2011/1	10	Assitência técnica	0102 020219	O				3	01/2011	12/2018			93.409	93.409						93.409
4	410	2011/1	11	Trabalhos especializados	0102 020220	O				3	01/2011	12/2018			24.296	24.296						24.296
4	410	2011/1	12	Outros serviços	0102 02022503	O				3	01/2011	12/2018			1.318.590	1.318.590						1.318.590
4	410	2011/1	13	Transferências correntes para empresas municipais	0102 04010101	O				3	01/2011	12/2018			1.623.801	1.623.801						1.623.801
4	410	2011/1	14	Aquisição de habitações	0102 07010202	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	15	Reparação de habitações	0102 07010203	O				3	01/2011	12/2018			8.281	8.281						8.281
4	410	2011/1	16	Construção de instalações desportivas e recreativas	0102 07010802	O				3	01/2011	12/2018			91.773	91.773						91.773
4	410	2011/1	17	Construção de viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07010401	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	18	Construção de sistemas de drenagem de águas residuais	0102 07010402	O				3	01/2011	12/2018			38.889	38.889						38.889
4	410	2011/1	19	Construção de parques e jardins	0102 07010405	O				3	01/2011	12/2018			2.320	2.320						2.320

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	**410**			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	20	Construção de vias rurais	0102 07010408	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	21	Investimento em equipamento informático	0102 070107	O				3	01/2011	12/2018			11.515	11.515						11.515
4	410	2011/1	22	Investimento em software	0102 070108	O				3	01/2011	12/2018			10.947	10.947						10.947
4	410	2011/1	23	Aquisição de equipamento administrativo	0102 070109	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	24	Investimentos Incorpórios	0102 070113	O				3	01/2011	12/2018			96.686	96.686						96.686
4	410	2011/1	25	Transferências de capital para as empresas municipais	0102 08010101	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	26	Material de transporte c/locação	0102 070205	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	27	Construções diversas - outras	0102 07010413	O				3	01/2011	12/2018			3.770	3.770						3.770
4	410	2011/1	28	Investimentos - terrenos	0102 070101	O				3	01/2011	12/2018			10.974	10.974						10.974
4	410	2011/1	29	Locação- edifícios	0102 070203	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	30	Investimentos-edifícios-instalações de serviços	0102 07010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	31	Artigos e objectos de valor	0102 070112	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	32	Bens do património histórico, artístico e cultural	0102 070305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	33	Equipamento básico - outro	0102 07011002	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	34	Matérias-primas e subsidiárias	0102 020101	O				3	01/2011	12/2018			2.510	2.510						2.510
4	410	2011/1	35	Investimentos-edifícios-creches	0102 07010304	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	36	Bens domínio público- escolas	0102 07030205	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	37	Investimentos-edifícios-outros	0102 07010307	O				3	01/2011	12/2018			5.088	5.088						5.088
4	410	2011/1	38	Ferramentas e utensílios	0102 070111	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	39	equipamento de recolha de resíduos	0102 07011001	O				3	01/2011	12/2018			237	237						237
4	410	2011/1	40	Construções diversas-instalações desportivas e recreativas	0102 07010406	O				3	01/2011	12/2018			550	550						550
4	410	2011/1	41	Instituições sem fins lucrativos	0102 040701	O				3	01/2011	12/2011			475.437	475.437						475.437
4	410	2011/1	42	Iluminação pública	0102 07010404	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	43	Sinalização e trânsito	0102 07010409	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	44	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	0102 07010303	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	45	Famílias - outras	0102 040802	O				3	01/2011	12/2018			29.934	29.934						29.934
4	410	2011/1	46	Infraestruturas para distribuição de energia electrica	0102 07010410	O				3	01/2011	12/2018			3.232	3.232						3.232
4	410	2011/1	47	Investimentos-construções diversas-cemitérios	0102 07010412	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	48	Outros investimentos	0102 070115	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	49	Locação-material de informática	0102 070206	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2015 Financiam. definido (c)	Despesas 2015 Financiam. não definido (d)	Despesas Anos seguintes 2016 (e)	Despesas Anos seguintes 2017 (f)	Despesas Anos seguintes 2018 (g)	Despesas Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	50	Bens domínio público-instalações desportivas e recreativas	0102 07030306	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	51	Instituições sem fins lucrativos	0102 080701	O				3	01/2011	12/2018			75.055	75.055						75.055
4	410	2011/1	52	Socied.financ.-bancos e outras instit.financeiras	0102 100503	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	53	Emp.-m/l prazo-bancos e outras inst.financeiras	0102 100603	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	54	Outras despesas de capital	0102 110299	O				3	01/2011	12/2018			1.500.000	1.500.000						1.500.000
4	410	2011/1	55	Ajudas de custo	0102 010204	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	56	Outros suplementos e prémios	0102 01021302	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	57	encargos com a saude	0102 010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	58	Assistência na doença dos funcionários públicos	0102 01030501	O				3	01/2011	12/2018			121.987	121.987						121.987
4	410	2011/1	59	caixa geral de aposentações	0102 0103050201	O				3	01/2011	12/2018			250.764	250.764						250.764
4	410	2011/1	60	Segurança social - regime geral	0102 0103050202	O				3	01/2011	12/2018			26.742	26.742						26.742
4	410	2011/1	61	Seguros acidentes trabalho doenças profissionals	0102 01030901	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	62	Gasolina	0102 02010201	O				3	01/2011	12/2018			6.218	6.218						6.218
4	410	2011/1	63	Gasóleo	0102 02010202	O				3	01/2011	12/2018			42.666	42.666						42.666
4	410	2011/1	64	Outros combustíveis e lubrificantes	0102 02010299	O				3	01/2011	12/2018			72.704	72.704						72.704
4	410	2011/1	65	Limpeza e higiene	0102 020104	O				3	01/2011	12/2018			4.071	4.071						4.071
4	410	2011/1	66	Vestuário e artigos pessoais	0102 020107	O				3	01/2011	12/2018			3.213	3.213						3.213
4	410	2011/1	67	Produtos vendidos nas farmácias	0102 020110	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	68	Material de transporte-peças	0102 020112	O				3	01/2011	12/2018			13.330	13.330						13.330
4	410	2011/1	69	Outro material-peças	0102 020114	O				3	01/2011	12/2018			3.732	3.732						3.732
4	410	2011/1	70	Prémios, condecorações e ofertas	0102 020115	O				3	01/2011	12/2018			2.792	2.792						2.792
4	410	2011/1	71	electricidade	0102 02011602	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	72	Ferramentas e utensílios	0102 020117	O				3	01/2011	12/2018			2.248	2.248						2.248
4	410	2011/1	73	Livros e documentação técnica	0102 020118	O				3	01/2011	12/2018			4.510	4.510						4.510
4	410	2011/1	74	Artigos honoríficos e de decoração	0102 020119	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	75	Material de educação, cultura e recreio	0102 020120	O				3	01/2011	12/2018			10.046	10.046						10.046
4	410	2011/1	76	Conservação de bens	0102 020203	O				3	01/2011	12/2018			116.551	116.551						116.551
4	410	2011/1	77	Locação de edifícios	0102 020204	O				3	01/2011	12/2018			992.650	992.650						992.650
4	410	2011/1	78	Locação de material de informática	0102 020205	O				3	01/2011	12/2018			7.336	7.336						7.336
4	410	2011/1	79	Locação de material de transporte	0102 020206	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	80	Transportes	0102 020210	O				3	01/2011	12/2018			51.241	51.241						51.241

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	81	Seguros	0102 020212	O				3	01/2011	12/2018			69.833	69.833						69.833
4	410	2011/1	82	Deslocações e estadas	0102 020213	O				3	01/2011	12/2018			23.286	23.286						23.286
4	410	2011/1	83	Formação	0102 020215	O				3	01/2011	12/2018			25	25						25
4	410	2011/1	84	Publicidade	0102 020217	O				3	01/2011	12/2018			4.214	4.214						4.214
4	410	2011/1	85	Vigilância e segurança	0102 020218	O				3	01/2011	12/2018			8.115	8.115						8.115
4	410	2011/1	86	Serviços de saúde	0102 020222	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	87	Empréstimos de curto prazo	0102 03010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	88	Emprestimos de M/L prazo - outros	0102 0301030299	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	89	Juros de material de transporte	0102 030305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	90	Outros juros	0102 030502	O				3	01/2011	12/2018			1.174.822	1.174.822						1.174.822
4	410	2011/1	91	Associações de municípios	0102 04050104	O				3	01/2011	12/2018			108.343	108.343						108.343
4	410	2011/1	92	Regiões de turismo	0102 04050106	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	93	Outras transferências correntes	0102 04050108	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	94	Sistemas de solidariedade e segurança social	0102 040601	O				3	01/2011	12/2018			146.289	146.289						146.289
4	410	2011/1	95	Outras transferências	0102 040602	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	96	Países terceiros e organizações internacionais	0102 040903	O				3	01/2011	12/2018			10.750	10.750						10.750
4	410	2011/1	97	Impostos e taxas	0102 060201	O				3	01/2011	12/2018			6.743	6.743						6.743
4	410	2011/1	98	Outras restituições	0102 06020301	O				3	01/2011	12/2018			16.514	16.514						16.514
4	410	2011/1	99	Serviços bancários	0102 06020304	O				3	01/2011	12/2018			1.884	1.884						1.884
4	410	2011/1	100	Outras restituições - outras	0102 06020305	O				3	01/2011	12/2018			330.667	330.667						330.667
4	410	2011/1	101	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0102 010306	O				3	01/2011	12/2018			7.296	7.296						7.296
4	410	2011/1	102	Habitações- construção	0102 07010201	O				3	01/2014	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	103	Outras construções e infraestruturas-cemitérios	0102 07030312	O				3	01/2014	12/2018			158.292	158.292						158.292
4	410	2011/1	104	Outras construções e infraestruturas-outros	0102 07030313	O				3	01/2014	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	105	Freguesias	0102 04050102	O				3	01/2011	12/2018			25.006	25.006						25.006
4	410	2011/1	106	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O				3	01/2011	12/2018			29.000	29.000						29.000
4	410	2011/1	107	Iluminação pública	0102 07030304	O				3	01/2011	12/2018			732	732						732
4	410	2011/1	108	Parques e jardins	0102 07030305	O				3	01/2011	12/2018			19.085	19.085						19.085
											Totais do Programa 410:				14.435.540	14.435.540						14.435.540

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2015 Financiam. definido (c)	Despesas 2015 Financiam. não definido (d)	Despesas Anos seguintes 2016 (e)	Despesas Anos seguintes 2017 (f)	Despesas Anos seguintes 2018 (g)	Despesas Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	420			**Transferências entre administrações**																		
4	420	2015/2		Realização do capital social do FAM-Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	A				3	01/2015	12/2021			116.743	116.743		116.743	116.743	116.743	350.227	817.199
											Totais do Programa 420:				116.743	116.743		116.743	116.743	116.743	350.227	817.199
							Totais do Objetivo 4:							0	14.552.283	14.552.283	0	116.743	116.743	116.743	350.227	15.252.739
												Total Geral:		0	15.289.330	15.289.330	0	234.306	143.806	143.806	377.290	16.188.538

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
1				**Funções Gerais**																		
1	111			**Administração Geral**																		
1	111	2005/3		aquisição de equipamento de transporte																		
1	111	2005/3	1	Equipamento de transporte c/ locação	0102 070205	O				3	01/2005	12/2018			500	500		500				1.000
1	111	2005/8		Aquisição de terrenos	0102 070101	O				3	01/2005	12/2023			27.063	27.063		27.063	27.063	27.063	27.063	135.315
1	111	2005/24		Operação de leasing imobiliario	0102 070203	O				3	01/2005	12/2018			65.000	65.000		5.000				70.000
1	111	2006/5012		Aquisição de Edifício																		
1	111	2006/5012	1	Câmara Municipal- instalações provisórias	0102 070203	O				3	01/2006	12/2018			180.200	180.200		5.000				185.200
											Totais do Programa 111:			0	272.763	272.763	0	37.563	27.063	27.063	27.063	391.515
							Totais do Objetivo 1:							0	272.763	272.763	0	37.563	27.063	27.063	27.063	391.515
2				**Funções Sociais**																		
2	232			**Acção Social**																		
2	232	2012/25		Acção social - habitação																		
2	232	2012/25	10	Aquisição de habitação social	0102 07010202	O				1	01/2012	12/2018			20.000	20.000		5.000				25.000
											Totais do Programa 232:			0	20.000	20.000	0	5.000	0	0	0	25.000
2	242			**Ordenamento do Território**																		
2	242	2014/1		Execução de Trabalhos de Requalificação Urbana PASSO A PASSO	0102 07030301	E				7	01/2014	12/2018			107.220	107.220		50.000				157.220
2	242	2015/1		Requalificação e valorização turística em Manta Rota	0102 07010401	E				3	01/2015	12/2016			79.950	79.950		5.000				84.950
											Totais do Programa 242:			0	187.170	187.170	0	55.000	0	0	0	242.170
2	246			**Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza**																		
2	246	2012/10		Cemitério																		
2	246	2012/10	9	Construção de catacumbas/ossários/wc	0102 07030312	O				4	01/2012	12/2018			77.035	77.035		5.000				82.035
											Totais do Programa 246:			0	77.035	77.035	0	5.000	0	0	0	82.035
2	251			**Cultura**																		
2	251	2013/2		Biblioteca - fundo documental	0102 070305	O				1	01/2013	12/2018			5.000	5.000		5.000				10.000
											Totais do Programa 251:			0	5.000	5.000	0	5.000	0	0	0	10.000
							Totais do Objetivo 2:							0	289.205	289.205	0	70.000	0	0	0	359.205

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
3				**Funções Económicas**																		
3	320			**Indústria e Energia**																		
3	320	2014/2		Iluminação pública- Conservação/Ampliação de rede	0102 07030304	E				7	01/2014	12/2018			5.000	5.000		5.000				10.000
											Totais do Programa 320:			0	5.000	5.000	0	5.000	0	0	0	10.000
3	331			**Transportes Rodoviários**																		
3	331	2014/3		Rotunda da Barquinha	0102 07010401	E				3	01/2014	12/2018			170.079	170.079		5.000				175.079
											Totais do Programa 331:			0	170.079	170.079	0	5.000	0	0	0	175.079
							Totais do Objetivo 3:							0	175.079	175.079	0	10.000	0	0	0	185.079
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1		Outras Funções - Outras																		
4	410	2011/1	2	Investimento em Edifícios - Escolas	0102 07010305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	14	Aquisição de habitações	0102 07010202	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	15	Reparação de habitações	0102 07010203	O				3	01/2011	12/2018			8.281	8.281						8.281
4	410	2011/1	16	Construção de instalações desportivas e recreativas	0102 07010302	O				3	01/2011	12/2018			91.773	91.773						91.773
4	410	2011/1	17	Construção de viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07010401	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	18	Construção de sistemas de drenagem de águas residuais	0102 07010402	O				3	01/2011	12/2018			38.889	38.889						38.889
4	410	2011/1	19	Construção de parques e jardins	0102 07010405	O				3	01/2011	12/2018			2.320	2.320						2.320
4	410	2011/1	20	Construção de vias rurais	0102 07010408	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	21	Investimento em equipamento informático	0102 070107	O				3	01/2011	12/2018			11.515	11.515						11,515
4	410	2011/1	22	Investimento em software	0102 070108	O				3	01/2011	12/2018			10.947	10.947						10.947
4	410	2011/1	23	Aquisição de equipamento administrativo	0102 070109	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	24	Investimentos incorpóricos	0102 070113	O				3	01/2011	12/2018			96.686	96.686						96.686
4	410	2011/1	26	Material de transporte c/locação	0102 070205	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	27	Construções diversas - outras	0102 07010413	O				3	01/2011	12/2018			3.770	3.770						3.770
4	410	2011/1	28	Investimentos - terrenos	0102 070101	O				3	01/2011	12/2018			10.974	10.974						10.974
4	410	2011/1	29	Locação- edifícios	0102 070203	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	30	Investimentos-edifícios-instalações de serviços	0102 07010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	31	Artigos e objectos de valor	0102 070112	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	32	Bens do património histórico, artístico e cultural	0102 070305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	**410**			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	33	Equipamento básico - outro	0102 07011002	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	35	Investimentos-edifícios-creches	0102 07010304	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	36	Bens domínio público- escolas	0102 07030205	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	37	Investimentos-edifícios-outros	0102 07010307	O				3	01/2011	12/2018			5.088	5.088						5.088
4	410	2011/1	38	Ferramentas e utensílios	0102 070111	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	39	equipamento de recolha de resíduos	0102 07011001	O				3	01/2011	12/2018			237	237						237
4	410	2011/1	40	Construções diversas-instalações desportivas e recreativas	0102 07010406	O				3	01/2011	12/2018			550	550						550
4	410	2011/1	42	Iluminação pública	0102 07010404	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	43	Sinalização e trânsito	0102 07010409	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	44	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	0102 07010303	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	46	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	0102 07010410	O				3	01/2011	12/2018			3.232	3.232						3.232
4	410	2011/1	47	Investimentos-construções diversas-cemitérios	0102 07010412	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	48	Outros investimentos	0102 070115	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	49	Locação-material de informática	0102 070206	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	50	Bens domínio público-instalações desportivas e recreativas	0102 07030306	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	102	Habitações- construção	0102 07010201	O				3	01/2014	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	103	Outras construções e infraestruturas-cemitérios	0102 07030312	O				3	01/2014	12/2018			158.292	158.292						158.292
4	410	2011/1	104	Outras construções e infraestruturas-outros	0102 07030313	O				3	01/2014	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	106	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O				3	01/2011	12/2018			29.000	29.000						29.000
4	410	2011/1	107	Iluminação pública	0102 07030304	O				3	01/2011	12/2018			732	732						732
4	410	2011/1	108	Parques e jardins	0102 07030305	O				3	01/2011	12/2018			19.085	19.085						19.085
											Totais do Programa 410:			0	492.521	492.521	0	0	0	0	0	492.521
							Totais do Objetivo 4:							0	492.521	492.521	0	0	0	0	0	492.521
											Total Geral:			0	1.229.568	1.229.568	0	117.563	27.063	27.063	27.063	1.428.320

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2015 Financiam. definido (c)	Despesas 2015 Financiam. não definido (d)	Despesas Anos seguintes 2016 (e)	Despesas Anos seguintes 2017 (f)	Despesas Anos seguintes 2018 (g)	Despesas Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	**410**			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1		Outras Funções - Outras																		
4	410	2011/1	1	Aquisição de Água	0102 02011601	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	3	Material de escritório	0102 020108	O				3	01/2011	12/2018			32.327	32.327						32.327
4	410	2011/1	4	Outros bens	0102 020121	O				3	01/2011	12/2018			3.761.354	3.761.354						3.761.354
4	410	2011/1	5	Encargos com instalações	0102 020201	O				3	01/2011	12/2018			294.796	294.796						294.796
4	410	2011/1	6	Serviços de limpeza	0102 020202	O				3	01/2011	12/2018			767.437	767.437						767.437
4	410	2011/1	7	Comunicações	0102 020209	O				3	01/2011	12/2018			56.961	56.961						56.961
4	410	2011/1	8	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102 020214	O				3	01/2011	12/2018			65.495	65.495						65.495
4	410	2011/1	9	Seminários e similares	0102 020216	O				3	01/2011	12/2018			154.079	154.079						154.079
4	410	2011/1	10	Assitência técnica	0102 020219	O				3	01/2011	12/2018			93.409	93.409						93.409
4	410	2011/1	11	Trabalhos especializados	0102 020220	O				3	01/2011	12/2018			24.296	24.296						24.296
4	410	2011/1	12	Outros serviços	0102 02022503	O				3	01/2011	12/2018			1.318.590	1.318.590						1.318.590
4	410	2011/1	13	Transferências correntes para empresas municipais	0102 04010101	O				3	01/2011	12/2018			1.623.801	1.623.801						1.623.801
4	410	2011/1	25	Transferências de capital para as empresas municipais	0102 08010101	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	34	Matérias-primas e subsidiárias	0102 020101	O				3	01/2011	12/2018			2.510	2.510						2.510
4	410	2011/1	41	Instituições sem fins lucrativos	0102 040701	O				3	01/2011	12/2011			475.437	475.437						475.437
4	410	2011/1	45	Famílias - outras	0102 040802	O				3	01/2011	12/2018			29.934	29.934						29.934
4	410	2011/1	51	Instituições sem fins lucrativos	0102 080701	O				3	01/2011	12/2018			75.055	75.055						75.055
4	410	2011/1	52	Socied.financ.-bancos e outras instit.financeiras	0102 100503	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	53	Emp.-m/l prazo-bancos e outras inst.financeiras	0102 100603	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	54	Outras despesas de capital	0102 110299	O				3	01/2011	12/2018			1.500.000	1.500.000						1.500.000
4	410	2011/1	55	Ajudas de custo	0102 010204	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	56	Outros suplementos e prémios	0102 01021802	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	57	encargos com a saude	0102 010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	58	Assistência na doença dos funcionários públicos	0102 01030501	O				3	01/2011	12/2018			121.987	121.987						121.987
4	410	2011/1	59	caixa geral de aposentações	0102 0103050201	O				3	01/2011	12/2018			250.764	250.764						250.764
4	410	2011/1	60	Segurança social - regime geral	0102 0103050202	O				3	01/2011	12/2018			26.742	26.742						26.742
4	410	2011/1	61	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0102 01030901	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	62	Gasolina	0102 02010201	O				3	01/2011	12/2018			6.218	6.218						6.218
4	410	2011/1	63	Gasóleo	0102 02010202	O				3	01/2011	12/2018			42.666	42.666						42.666
4	410	2011/1	64	Outros combustíveis e lubrificantes	0102 02010299	O				3	01/2011	12/2018			72.704	72.704						72.704

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2015 Financiam. definido (c)	Despesas 2015 Financiam. não definido (d)	Despesas Anos seguintes 2016 (e)	Despesas Anos seguintes 2017 (f)	Despesas Anos seguintes 2018 (g)	Despesas Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	65	Limpeza e higiene	0102 020104	O				3	01/2011	12/2018			4.071	4.071						4.071
4	410	2011/1	66	Vestuário e artigos pessoais	0102 020107	O				3	01/2011	12/2018			3.213	3.213						3.213
4	410	2011/1	67	Produtos vendidos nas farmácias	0102 020110	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	68	Material de transporte-peças	0102 020112	O				3	01/2011	12/2018			13.330	13.330						13.330
4	410	2011/1	69	Outro material-peças	0102 020114	O				3	01/2011	12/2018			3.732	3.732						3.732
4	410	2011/1	70	Prémios, condecorações e ofertas	0102 020115	O				3	01/2011	12/2018			2.792	2.792						2.792
4	410	2011/1	71	electricidade	0102 02011602	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	72	Ferramentas e utensílios	0102 020117	O				3	01/2011	12/2018			2.248	2.248						2.248
4	410	2011/1	73	Livros e documentação técnica	0102 020118	O				3	01/2011	12/2018			4.510	4.510						4.510
4	410	2011/1	74	Artigos honoríficos e de decoração	0102 020119	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	75	Material de educação, cultura e recreio	0102 020120	O				3	01/2011	12/2018			10.046	10.046						10.046
4	410	2011/1	76	Conservação de bens	0102 020203	O				3	01/2011	12/2018			116.551	116.551						116.551
4	410	2011/1	77	Locação de edifícios	0102 020204	O				3	01/2011	12/2018			992.650	992.650						992.650
4	410	2011/1	78	Locação de material de informática	0102 020205	O				3	01/2011	12/2018			7.336	7.336						7.336
4	410	2011/1	79	Locação de material de transporte	0102 020206	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	80	Transportes	0102 020210	O				3	01/2011	12/2018			51.241	51.241						51.241
4	410	2011/1	81	Seguros	0102 020212	O				3	01/2011	12/2018			69.833	69.833						69.833
4	410	2011/1	82	Deslocações e estadas	0102 020213	O				3	01/2011	12/2018			23.286	23.286						23.286
4	410	2011/1	83	Formação	0102 020215	O				3	01/2011	12/2018			25	25						25
4	410	2011/1	84	Publicidade	0102 020217	O				3	01/2011	12/2018			4.214	4.214						4.214
4	410	2011/1	85	Vigilância e segurança	0102 020218	O				3	01/2011	12/2018			8.115	8.115						8.115
4	410	2011/1	86	Serviços de saúde	0102 020222	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	87	Empréstimos de curto prazo	0102 03010301	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	88	Empréstimos de M/L prazo - outros	0102 0301030299	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	89	Juros de material de transporte	0102 030305	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	90	Outros juros	0102 030502	O				3	01/2011	12/2018			1.174.822	1.174.822						1.174.822
4	410	2011/1	91	Associações de municípios	0102 04050104	O				3	01/2011	12/2018			108.343	108.343						108.343
4	410	2011/1	92	Regiões de turismo	0102 04050106	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	93	Outras transferências correntes	0102 04050108	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50
4	410	2011/1	94	Sistemas de solidariedade e segurança social	0102 040601	O				3	01/2011	12/2018			146.289	146.289						146.289
4	410	2011/1	95	Outras transferências	0102 040602	O				3	01/2011	12/2018			50	50						50

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2015 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
4				**Outras Funções**																		
4	410			**Outras Funções**																		
4	410	2011/1	96	Países terceiros e organizações internacionais	0102 040903	O				3	01/2011	12/2018			10.750	10.750						10.750
4	410	2011/1	97	Impostos e taxas	0102 060201	O				3	01/2011	12/2018			6.743	6.743						6.743
4	410	2011/1	98	Outras restituições	0102 06020301	O				3	01/2011	12/2018			16.514	16.514						16.514
4	410	2011/1	99	Serviços bancários	0102 06020304	O				3	01/2011	12/2018			1.884	1.884						1.884
4	410	2011/1	100	Outras restituições - outras	0102 06020305	O				3	01/2011	12/2018			330.667	330.667						330.667
4	410	2011/1	101	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0102 010306	O				3	01/2011	12/2018			7.296	7.296						7.296
4	410	2011/1	105	Freguesias	0102 04050102	O				3	01/2011	12/2018			25.006	25.006						25.006
											Totais do Programa 410:			0	13.943.019	13.943.019	0	0	0	0	0	13.943.019
4	420			**Transferências entre administrações**																		
4	420	2015/2		Realização do capital social do FAM-Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	A				3	01/2015	12/2021			116.743	116.743		116.743	116.743	116.743	350.227	817.199
											Totais do Programa 420:			0	116.743	116.743	0	116.743	116.743	116.743	350.227	817.199
							Totais do Objetivo 4:							0	14.059.762	14.059.762	0	116.743	116.743	116.743	350.227	14.760.218
													Total Geral:	0	14.059.762	14.059.762	0	116.743	116.743	116.743	350.227	14.760.218

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

_____

Quadro Plurianual de Programação Orçamental

2015-2018

Município de Vila Real de Santo António

Descrição	2015	2016	2017	2018
Receitas correntes	**20.905.198 €**	**22.784.878 €**	**23.275.199 €**	**23.760.292 €**
Receitas próprias	17.186.572 €	19.553.274 €	19.997.281 €	20.435.161 €
Transferências Estado	3.718.626 €	3.231.604 €	3.277.918 €	3.325.130 €
Receitas de capital	**16.661.648 €**	**899.341 €**	**1.117.328 €**	**935.674 €**
Receitas próprias	14.928.480 €	- €	200.000 €	- €
Transferências Estado	1.733.168 €	899.341 €	917.328 €	935.674 €
Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €
Total receita	**37.566.846 €**	**23.684.219 €**	**24.392.527 €**	**24.695.966 €**
Despesas correntes	**30.759.014 €**	**19.153.345 €**	**18.934.678 €**	**19.219.018 €**
Despesas com o pessoal	8.128.689 €	7.452.163 €	7.413.432 €	7.356.036 €
Aquisição de bens e serviços	13.058.093 €	6.744.777 €	6.845.948 €	6.948.637 €
Juros e outros encargos	4.043.179 €	2.916.202 €	2.659.048 €	2.758.784 €
Transferências correntes	4.591.584 €	1.914.723 €	1.888.886 €	2.026.287 €
Outras despesas correntes	937.469 €	125.481 €	127.364 €	129.274 €
Despesas de capital	**6.807.832 €**	**4.545.173 €**	**4.379.920 €**	**4.359.598 €**
Aquisição de bens de capital	1.229.568 €	810.185 €	725.629 €	703.608 €
Transferências de capital	521.105 €	29.423 €	31.034 €	32.733 €
Activos financeiros	116.743 €	116.743 €	116.743 €	116.743 €
Passivos financeiros	3.078.550 €	3.588.821 €	3.506.514 €	3.506.514 €
Outras despesas de capital	1.861.866 €	- €	- €	- €
Total despesa	**37.566.846 €**	**23.698.518 €**	**23.314.598 €**	**23.578.617 €**
Saldo corrente	**- 9.853.816 €**	**3.631.533 €**	**4.340.521 €**	**- 4.541.274 €**
Saldo capital	**- 9.853.816 €**	**- 3.645.832 €**	**- 3.262.592 €**	**- 3.423.924 €**
Saldo Receita-Despesa	**- €**	**- 14.299 €**	**1.077.929 €**	**1.117.350 €**

ANEXOS:

Plano de Actividades e Orçamento de 2015 da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. SA

VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, NIF 508160570

ATA Nº41

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e catorze, pelas dez horas, reuniu em Vila Real de Santo António, na respetiva sede social, sita na Rua José Barão, nº. 4, 1º. Andar, cidade, freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António a Assembleia-Geral da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real de Santo António, sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 508 160 570, com o Capital Social realizado de 36.620.980,00€, encontrando-se presente o seu único acionista, o Município de Vila Real de Santo António, aqui devidamente representado pelo Sr. Vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, João Manuel Lopes Rodrigues.

A Assembleia-Geral, devidamente convocada, reuniu-se em sessão ordinária, em cumprimento da al. a) do n.º 5 do artigo 8.º dos Estatutos da VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A., para deliberar sobre o ponto único da ordem de trabalhos:

Ponto Único: **Apreciação e votação dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2015: Plano de Atividades e Orçamento.**

Assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia, a Dr.ª Maria da Conceição Cipriano Cabrita, estando também presente o Vice-Presidente, Dr. João Filipe Brito do Sol Pereira e o secretário, Dr. Joel Ferreira da Cruz, assim como o Presidente e Vogais do Conselho de Administração, respetivamente, Eng. Luís Filipe Soromenho Gomes, Dr. Pedro Tiago Finote Pires e Dr. Pedro Nuno Alfarroba Alves.

A Presidente da Mesa abriu a sessão e deu início aos trabalhos constantes da referida ordem.

Foi dada a palavra ao senhor administrador-delegado, Dr. Pedro Tiago Finote Pires, que, em representação do Conselho de Administração, apresentou em pormenor para o ano de 2015, o Plano de Atividades e o Orçamento para as mesmas, propondo, por fim, à Assembleia-Geral a aprovação deste Instrumento de Gestão Previsional.

Apresentada a proposta, foi a mesma discutida e colocada à votação, tendo sido aprovada por **unanimidade**, nos precisos termos em que foi apresentada.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas onze horas e quinze minutos e dela lavrada a presente acta, que vai ser assinada pela Sr.ª Presidente e pelo Sr. Vice-Presidente da mesa da Assembleia-Geral e por mim que a secretariei.

A Presidente: Maria da Conceição Cabrita

O Vice-Presidente:

O Secretário:

SGU

SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA
DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Plano de Atividades e Orçamento 2015

Vila Real de Santo António, 17 de outubro de 2014

Conteúdo

Sumário Executivo 4
1 - Plano de Atividades 6
2 - Unidades Orgânicas 6
2.1 - Unidade de Ambiente 6
Missão 6
Visão 7
Política de Qualidade 7
Estratégia e Principais Objetivos 7
a) Exploração, man. e conservação das atuais infra-estruturas e equipamentos 7
b) Valorização de competências e Segurança dos Recursos Humanos 8
c) Novas Tecnologias da Informação 8
d) Eficiência Energética 8
Objetivos Estratégicos 8
O plano de Investimentos 9
Investimentos na área de Abastecimento de Água 10
Investimentos na área de Águas Residuais 10
2.2 - Unidade de Território 12
Missão 12
Visão 12
Política de Qualidade 12
Estratégia e Orientações Principais 13
2.2.1 - Centro Urbano de Vila Real de Santo António 13
2.2.2 - Parques de Estacionamento 13
Principais Objetivos 14
O plano de Investimentos 15
2.3 - Unidade Complexo Desportivo 15
Missão 15
Visão 16
Valores 16
Estratégia e Orientações Principais 16

Principais Objetivos....18
Plano de Investimentos....18
2.4 – Unidade PMOT's....19
Missão....19
Visão....19
Valores....19
Estratégia e Orientações Principais....19
Principais Objetivos....20
2.5 – Unidade Novos Projetos....20
Missão....20
Visão....20
Estratégia e Orientações Principais....20
Principais Objetivos....20
O plano de Investimentos....21
2.5.1-Valorização do Litoral – Concelho Vila Real de Santo António....21
2.5.2-Valorização da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António....21
2.5.3-Valorização de imóveis e terrenos Municipais....22
3 - Atividades Internas....22
4 - Outras Referências....23
5.1 - O Investimento / Financiamento....25
5.2 - Orçamento de Exploração....27
5.3 - Demonstrações Financeiras Previsionais....29
Balanço Previsional....29
Demonstração de Resultados Previsional....31
Mapa Tesouraria Previsional....32
6 - Parecer do Fiscal Único....32

Sumário Executivo

O presente documento é a concretização de uma nova organização da empresa. O ano 2014 foi cheio de novidades quanto à reorganização da empresa, desde a base ao órgão de gestão. Assim o primeiro instrumento de gestão previsional desta nova estrutura é uma concretização relevante e cheia de significado.

Pretende-se espelhar as perspectivas futuras de cada unidade, tendo como referência o mandato que o accionista determina. Apresenta-se os diversos investimentos em carteira, que resultam de diversas propostas, quem têm em vista o melhoramento dos serviços prestados, reduzindo despesa e incrementando valor. Importa relevar que a velocidade de recuperação dos investimentos proposta e a sua sustentabilidade (após concluído o investimento), estão norteados para o crescimento e o desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António para índices de qualidade de vida superiores, vectores decisivos para a sua hierarquia e implementação.

Ainda assim, devemos referir que se mantêm externalidades negativas na Economia local, regional, nacional e ainda europeia, que por sua vez, reflectem-se nas actividades diárias da empresa, pelo que na fase de construção do Plano de Atividades e Orçamento para 2015 deverão ser tidos em consideração bem como na fase da sua implementação.

Importa ainda referir a expectativas que o presente documento cria junto dos nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Relativamente aos colaboradores o ano 2014 manifestou-se de mudanças organizacionais, com novas direcções, novos colegas e uma necessidade de adequação a novos métodos de trabalho importantes, perspectiva-se um ano 2015 mais estável quanto a mudanças, mas mais exigente quanto ao esforço de evolução nas competências comportamentais e pessoais, relativamente às actividades que desenvolvem e uma flexibilidade às dinâmicas que a empresa enfrentar. Do ponto de vista dos fornecedores a exigência é cumprir os compromissos, mormente quanto aos prazos médios de pagamentos, e fazê-los cumprir com todas as etapas do "círculo virtuoso das compras públicas". Os nossos clientes, a razão da nossa existência, contarão com uma equipa proposta a surpreendê-los com serviços que sejam adequados à melhoria da sua qualidade de vida, por um justo valor. Iremos lidar com os sentimentos antagónicos que manifestam perante as entidades com responsabilidades de promover o crescimento económico, por um lado espera-se mais bens e serviços à população, mas por outro, não aceita mais intrusão no seu rendimento para a coisa pública. Exige eficiência para as acções

de índole coletiva, mas apoio direto quando perante os seus problemas individuais, e esse é o desafio que temos pela frente perante os nossos clientes.

Cabe então, à VRSA SGU EM SA, acreditando no caminho traçado, adequar as atividades desenvolvidas desde a sua origem à atualidade, considerando o novo paradigma de crescimento económico, quadro regulador dos municípios e do setor empresarial local e sobretudo à dinâmica socioeconómica dos nossos "clientes", os MUNÍCIPES do concelho de VRSA.

Deste modo, a administração da SGU, no estrito cumprimento dos seus Estatutos, vem por este meio apresentar o documento de referência estratégico para o ano 2015, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para 2015

Vila Real de Santo António, 17 de outubro de 2014

O Conselho de Administração

(Luís Filipe Soromenho Gomes - Presidente)

(Pedro Alfarroba Alves - Vogal)

(Pedro Tiago Finote Pires - Vogal)

1 - Plano de Atividades

O objeto social da VRSA SGU EM SA, assenta em dois planos:

I) Gestão de serviços de interesse geral;

II) Promoção do desenvolvimento local e regional.

Estes planos materializam a ação desenvolvida pela empresa e direcionam a sua atuação para o futuro. Atuando, nos domínios do planeamento territorial através da promoção da revisão do PDM e da execução de Planos de Pormenor, atua ainda na gestão de ativos municipais (elemento diferenciador e inovador no que respeita à Gestão Pública Municipal), na gestão do complexo desportivo, no abastecimento de água e recolha de águas residuais, no urbanismo do Centro Histórico de Vila Real de Santo António e o desenvolvimento do Centro Comercial a Céu Aberto e na gestão do estacionamento de viaturas ligeiras e autocaravanas.

Para o desenvolvimento das atividades que lhe estão cometidas, a VRSA SGU estrutura-se em cinco unidades orgânicas (áreas de negócio): a Unidade Ambiente, Unidade Território (onde se insere o Centro Urbano - Urbanismo Centro Histórico e o projecto do Centro Comercial a Céu Aberto; e os Parques de Estacionamento), Unidade Complexo Desportivo, Unidade dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) e a Unidade dos Novos Projetos.

2 - Unidades Orgânicas

2.1 - Unidade de Ambiente

Missão

A Unidade Ambiente continua a assentar toda a atividade na reafirmação da sua missão, ou seja, na satisfação das necessidades de abastecimento de água e de saneamento básico do concelho de VRSA, promovendo a requalificação ambiental, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica e social.

Visão

A unidade pretende ser reconhecida como parceiro de excelência no setor, cujo contributo para a melhoria das condições ambientais e da saúde pública é merecedor da confiança dos nossos clientes, do Município e da população em geral, assegurando um forte compromisso público de responsabilidade ambiental e social e garantindo um ambiente de trabalho de grande qualidade para os nossos colaboradores.

Política de Qualidade

Conscientes da evolução das necessidades e expectativas, não só dos consumidores e utentes como, também, dos trabalhadores e da empresa no seu todo, haverá uma orientação da atividade para a otimização de todos os recursos, redução dos custos, minimização das operações que não acrescentem valor e para o reforço das competências dos colaboradores.

Estratégia e Principais Objetivos

a) <u>Exploração, manutenção e conservação das atuais infra-estruturas e equipamentos</u>

Tendo bem presente o considerável número de infra-estruturas existentes e a construir, os especiais cuidados ao nível da manutenção, conservação e requalificação de equipamentos, torna-se imperativo dotar a unidade dos adequados recursos técnicos de forma a ser possível o cumprimento dos respetivos planos.

Uma das prioridades da unidade continua a ser, também, a execução de um plano transversal de ações de redução de fugas e perdas de água que passará pela definição de zonas de medição e controlo, combate a ligações clandestinas, substituição de contadores e de ligações à rede chamada "nova".

Continua a ser uma pretensão da unidade a implementação do plano de racionalização de consumos de energia, de forma a serem obtidos ganhos ao nível da eficiência energética.

Persistirá a política de substituição sistemática dos contadores de água por aparelhos dotados de possibilidade de leitura remota, com ganhos ao nível da fiabilidade e rapidez de leitura, bem como ao nível da redução dos respetivos custos.

b) Valorização de competências e Segurança dos Recursos Humanos

A unidade continuará a promover a qualificação dos seus colaboradores, estabelecendo planos de formação vocacionados para a melhoria das suas competências, acompanhando a evolução tecnológica e organizacional.

O desenvolvimento destas competências será simultaneamente agregado à criação de medidas que assegurem e preservem a segurança, higiene e saúde dos colaboradores.

Pretendendo criar uma cultura de mérito, a VRSA SGU EM SA está a implementar um sistema de avaliação de desempenho coerente com os objetivos fixados para cada processo de gestão.

c) Novas Tecnologias da Informação

A unidade continuará a implementar varias soluções tecnológicas disponíveis, sendo de maior destaque a:

- Implementação do Balcão Digital.

d) Eficiência Energética

Sendo o consumo energético uma variável bastante relevante na atividade da empresa, deverão continuar os esforços no sentido da otimização do consumo energético das diversas subunidades.

Objetivos Estratégicos

1. Abastecimento de Água/ Saneamento de Águas Residuais
   1.1. Redução do número de avarias;
   1.2. Identificar e reparar perdas de água;
   1.3. Redução das Perdas de Água;
   1.4. Redução dos custos com combustíveis;
   1.5. Reduzir custos energéticos.
   1.6. Redução dos custos de manutenção viaturas e equipamentos;
   1.7. Cumprir planos de manutenção de redes de saneamento, nomeadamente inspeções de câmaras de visita e limpeza de coletores;
   1.8. Reduzir o peso dos custos operacionais no custo total do m3 de água vendida e águas residuais tratadas.
2. Gestão Comercial

2.1. Garantir prazos de resposta às reclamações aos clientes aceitáveis e cumprindo a legislação;
2.2. Melhorar a eficiência do atendimento;
2.3. Cumprir o plano de substituição de contadores;
2.4. Aumento da eficiência das notificações para ligação de saneamento;
2.5. Aumento da satisfação dos clientes;
2.6. Reduzir o peso dos custos comerciais no custo total do m3 de água vendida e águas residuais tratadas.
2.7. Diminuição da dívida acumulada;
2.8. Diminuir o número de acordos não cumpridos.

3. Gestão de Higiene e Segurança
   3.1. Melhorar a consciencialização dos colaboradores relativamente aos aspetos relacionados com a SHST;
   3.2. Levantamento de todos os postos de trabalho com riscos e avaliação dos riscos;
   3.3. Controlo do cumprimento do uso de EPI's.
4. Gestão Planeamento Projeto e Cadastro
   4.1. Caracterização dos sistemas de Abastecimento de Água e delimitação das ZMC na rede de abastecimento de água;
   4.2. Gestão de perdas de água
   4.3. Controlo de Grandes Consumidores.
5. Gestão Recursos Humanos
   5.1. Dotar o pessoal de nível de qualificação adequada ao desenvolvimento das atividades e ao cumprimento dos objetivos definidos, promovendo o incremento da produtividade da unidade;
   5.2. Promover a criação do manual de funções.

O plano de Investimentos

Continuação do plano de investimentos aprovado no âmbito da candidatura ao POVT, que desde 2012, data da sua assinatura é uma realidade nesta unidade.

Os investimentos previstos para 2015, podem ser consultados no anexo "Plano Anual de Investimentos", que inclui a calendarização prevista dos investimentos e o valor dos mesmos.

Investimentos na área de Abastecimento de Água

Os investimentos previstos consistem na conclusão dos investimentos propostos no ano 2014 e cuja conclusão se prevê para o primeiro semestre de 2015.

Os investimentos irão permitir o incremento do nível de cobertura e do nível de satisfação proporcionado pela crescente qualidade da água fornecida. Assim, a solução consiste em criar novos sistemas e expandir os atualmente existentes, de forma a possibilitar que toda a população que resida ou visite o município de Vila Real de Santo António, seja abastecida a partir do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve.

Serão concluídos as obras em curso relativas à construção dos reservatórios de água em Santa Rita, Monte Gordo e Vila Real de Santo António, associados à instalação de centrais sobrepressoras, que permitirão, em época alta, garantir as pressões de serviço.

A adução do Reservatório do Cabeço aos futuros reservatórios será reforçada através da execução de uma conduta paralela à conduta existente e da substituição das condutas adutoras/distribuidoras existentes na EN 125 e na Estrada da Mata.

Concluir-se-á a construção das redes de abastecimento nas zonas onde se prevê a expansão da área urbana, nomeadamente nas Hortas e nas zonas norte, norte/poente e sul da cidade de Vila Real de Santo António, concluindo-se ainda, o aumento da capacidade de grande parte das redes existentes, e ainda das redes de distribuição em Monte Gordo, Manta Rota e Vila Nova de Cacela.

Ao longo do primeiro semestre de 2015 ficará concluído as empreitadas:

- Redes de Abastecimento de Água do Sertão de Monte Gordo;
- Reforço do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água com Origem no Reservatório do Pocinho
- Sistema de Adução e Armazenamento de Água da Cidade de Vila Real de Santo António
- Sistema de Adução e Armazenamento de Água de Monte Gordo
- Sistema de Adução e Armazenamento de Água de Santa Rita

Investimentos na área de Águas Residuais

Os investimentos previstos consistem na conclusão dos investimentos propostos no ano 2014 e cuja conclusão se prevê para o primeiro semestre de 2015.

Iremos concluir os novos sistemas e a expansão dos sistemas atuais de recolha, drenagem e

interceção de águas residuais, no sentido de aumentar o nível de cobertura da população, bem como a fiabilidade, qualidade e desempenho operacional dos sistemas.

Os novos sistemas e a expansão dos sistemas actuais de saneamento inclui a construção de novos coletores gravíticos e de sistemas elevatórios, que possibilitam a efetiva recolha e o transporte das águas residuais para a ETAR de Vila Real de Santo António.

As intervenções têm como objetivo prioritário a articulação entre a designada vertente "em alta" e a vertente "em baixa", configurando as infraestruturas municipais de modo a permitir a ligação eficaz ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, gerido pelas Águas do Algarve SA.

Este plano, em concretização, consubstancia as seguintes empreitadas:

- Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Corte António Martins, Ribeira da Gafa e Alagoinha – já concluída;
- Ligação dos Efluentes de Casas de Audiência e do Intercetor de S. Bartolomeu ao Sistema Intercetor de Manta Rota / Altura / Monte Gordo / Vila Real de Santo António – já concluída;
- Ligação dos Efluentes de Aldeia Nova ao Sistema Intercetor de Manta Rota / Altura / Monte Gordo / Vila Real de Santo António – já concluída;
- Sistema Intercetor de Monte Gordo – em execução;
- Sistema Elevatório da Escola Secundária – já concluída;
- Redes de Drenagem de Águas Residuais do Bairro do Matadouro – já concluída;
- Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas da Quinta de Manuel Alves – já concluída;
- Sistema Intercetor de Pocinho / Caliço / Fonte Santa / Manta Rota – em execução;
- Redes de Drenagem de Águas Residuais de Caliço / Fonte Santa / Beco – em execução;
- Redes de Drenagem de Águas Residuais da Área Nascente da Freguesia de Vila Nova de Cacela – em execução;
- Ligação das Redes de Saneamento ao Longo da Frente Ribeirinha da Cidade de Vila Real de Santo António ao Sistema Intercetor de Manta Rota / Altura / Monte Gordo / Vila Real de Santo António – em execução;
- Ligação das Redes de Saneamento da Zona Central da Cidade de Vila Real de Santo António ao Sistema Intercetor de Manta Rota / Altura / Monte Gordo / Vila Real de Santo António – em execução;

- Ligação das Redes de Saneamento de Monte Gordo ao Sistema Intercetor de Monte Gordo – em execução;
- Sistema Intercetor de Vila Nova de Cacela/Manta Rota – em execução;
- Ligação das Redes de Saneamento de Manta Rota ao Sistema Intercetor de Vila Nova de Cacela / Manta Rota – em execução.

2.2 - *Unidade de Território*

Missão

Tem como missão promover o desenvolvimento ordenado do território, a valorização e salvaguarda do património edificado com valor reconhecido, a criação de condições a longo prazo de forma a potenciar uma maior atratividade do concelho e a criação de mais-valias de negócio para a população residente, num quadro de sustentabilidade económica, ambiental e social.

Visão

É pretendido intervir no território de forma a ordená-lo, discipliná-lo e criar pólos de grande atratividade económica para o concelho. É de salientar a pretensão da VRSA SGU, com a criação de bases duradouras de equidade no território de forma a merecer a confiança dos nossos parceiros, do Município e da população em geral, assegurando um forte compromisso público de responsabilidade social. É, também, pretendido assegurar a valorização do património edificado, nomeadamente da zona classificada como Núcleo Pombalino, de forma a potenciar o crescimento económico sustentado a longo prazo.

Política de Qualidade

É de salientar que os procedimentos internos da Unidade Território, na sua vertente de urbanismo, assentam sobre uma política de equidade no tratamento de todos os potenciais intervenientes, no rigor técnico e legal e na transparência de todos os de processos.

Tem sido adotado um acompanhamento técnico de proximidade, esclarecendo e interagindo com a população na prossecução do objetivo final de ordenamento do território nas suas várias vertentes.

A atividade desta unidade pode ser bipartida.

2.2.1 - Centro Urbano de Vila Real de Santo António

O principal objetivo da Unidade Território para o ano 2015 pressupõe a continuidade do processo de valorização do centro urbano de Vila Real de Santo António, através da reformulação do conceito de utilização do espaço público onde é potenciada a atividade económica. Assim, foi implementado um novo conceito comercial e cultural de elevado reconhecimento regional e concorrente direto de outros focos comerciais instalados no Algarve e Oeste da Andaluzia.

A valorização do espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António não pode ser dissociada do valor intrínseco do património edificado já existente, cujas características são definidas como únicas e que é necessário salvaguardar, recuperar, potencializar e promover. Mantendo esse propósito, é objetivo fundamental da unidade criar as condições necessárias de proximidade entre os proprietários privados e a entidade licenciadora das operações urbanísticas e atividades económicas e culturais a desenvolver. Apesar de o retorno obtido através desta relação não ser imediato, haverá a possibilidade de, a médio prazo, criar uma relação de simbiose com os particulares visando o objetivo comum de incrementar as receitas que advêm dos, cada vez mais assíduos, visitantes que desfrutarão de um ambiente histórico e culturalmente vivo.

Como corolário desta estratégia e na simbiose entre o património edificado e a atividade comercial instalada, durante o ano de 2015 é pretendido continuar o percurso rumo à almejada afirmação turística do Núcleo Histórico Pombalino de Vila Real de Santo António, com a promoção de um conjunto de edifícios que serão recuperadas e que, entre si, formarão unidades hoteleiras de excelência que possam vir a ser exploradas por entidades com créditos firmados no mercado turístico e com reconhecimento internacional.

2.2.2 - Parques de Estacionamento

A subunidade dos Parques de estacionamento tem como objetivo soberano o equilíbrio financeiro, na medida em que se deve ser autossuficiente.

Atualmente, esta subunidade gera receitas provenientes de 4 fontes distintas:

i. Parque de Estacionamento Centro Comercial a Céu Aberto;

ii. Parque de Autocaravanas da Muralha;

iii. Parque de Autocaravanas da Manta Rota;

iv. Parque de Estacionamento da Manta Rota.

O negócio de exploração dos parques de autocaravanas resulta de duas necessidades:

i. Rentabilização do espaço público;

ii. Regularização do estacionamento das autocaravanas (eliminação das concentrações informais).

Os parques de autocaravanas assentam na promoção do autocaravanismo no município de Vila Real de Santo António, eliminando as concentrações informais de autocaravanistas e permitem aumentar a rotatividade dos lugares de estacionamento junto do comércio local e zonas balneares.

É, ainda, de salientar que o Parque de Estacionamento do Centro Comercial a Céu Aberto adveio da necessidade de garantir rotatividade no estacionamento junto à zona comercial do centro histórico de Vila Real de Santo António.

Principais Objetivos

- Executar os projetos de intervenção no espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António;

- Requalificar a Avenida da República na sua frente Pombalina (passeio poente da avenida da república) aumentando a área pedonal;

- Adaptar/adquirir mobiliário urbano à nova imagem do espaço idealizado;

- Promover externamente (Algarve, Baixo Alentejo e Andaluzia Oeste) o conceito do Centro Comercial a Céu Aberto;

- Promover atividades culturais de valorização do espaço público;

- Criar uma relação de confiança entre os proprietários dos imóveis inseridos na área de atuação do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António e o gabinete técnico de acompanhamento e licenciamento, encontrando formas de o seu património poder estar sempre reabilitado.

- Transmitir a necessidade de valorização do património edificado como meio de aumento da atividade económica.

- Requalificar social e ambientalmente espaços degradados do concelho.

O plano de Investimentos

Serão utilizados vários instrumentos financeiros disponíveis no momento e outros que, no decurso do ano 2015, estejam acessíveis à VRSA SGU considerando, sempre, a integração no conceito e projeto em desenvolvimento. Atualmente, estão em curso candidaturas ao PO Algarve 21 e continuarão a ser estudadas novas candidaturas novos fundos.

2.3 - Unidade Complexo Desportivo

Missão

O Complexo Desportivo existe para servir dois grandes grupos: o desporto de alto rendimento e o desporto como elemento essencial para a criação de estilos de vida saudáveis. Neste sentido, a missão do Complexo Desportivo assenta nos seguintes pressupostos:

- Promoção do desenvolvimento do desporto de alto rendimento, fornecendo a motivação e as infra-estruturas desportivas necessárias para despertar o espírito de competição e para superar os recordes de cada atleta

- Ser um centro desportivo socialmente responsável, valorizando a prática desportiva não só nos atletas de alto rendimento, mas também na população local, funcionando como motor do desenvolvimento social e humano das populações

Visão

Considerando a missão apresentada, o Complexo Desportivo define as seguintes linhas orientadoras para o seu futuro:

- Caminhar no sentido de ser o centro de alto rendimento de referência nas modalidades de atletismo e de alguns desportos colectivos.
- Continuar a atuar segundo padrões de excelência, recorrendo a todos os meios disponíveis para oferecer instalações de excelência e responder às necessidades de cada atleta.

Valores

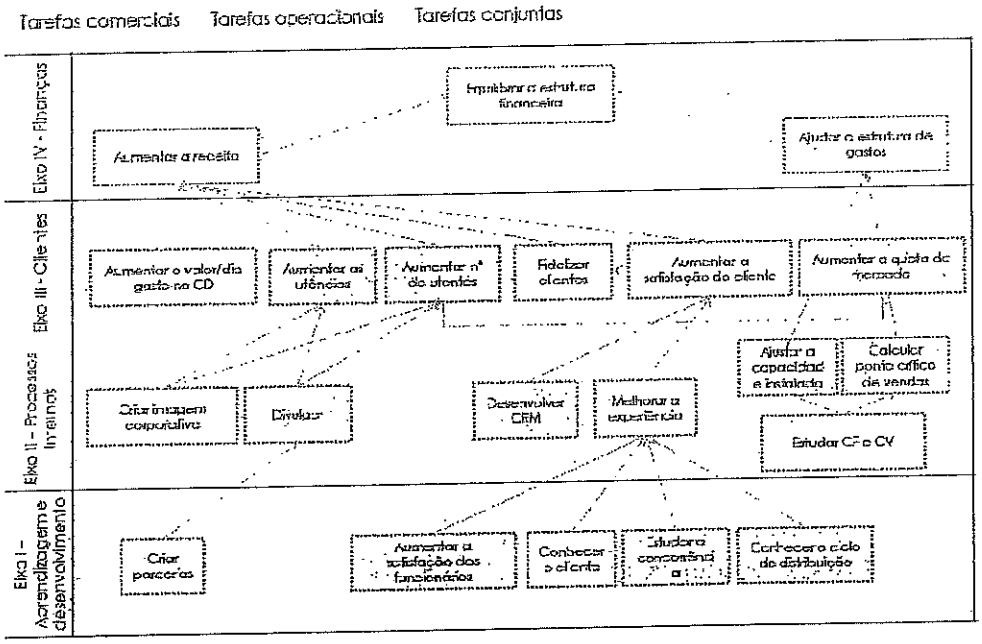
O Complexo Desportivo é orientado pelos seguintes valores:

- Foco no cliente
- Rigor
- Profissionalismo
- Cooperação
- Transparência

Estratégia e Orientações Principais

De forma a orientar a atividade e a enquadrar a atuação do Complexo Desportivo na sua missão, visão e valores, foi elaborado um mapa estratégico cuja orientação final e principal consiste no equilíbrio da estrutura financeira do Complexo Desportivo. Este mapa estratégico assenta em quatro grandes eixos cujas relações de causalidade e complementaridade são incontestáveis. De seguida são apresentados os eixos e as suas orientações.

Mapa estratégico



a) Eixo I – Aprendizagem e desenvolvimento

Orientações principais:

- Criar parcerias
- Aumentar a satisfação dos funcionários
- Conhecer o cliente
- Estudar a concorrência
- Conhecer o ciclo de distribuição

b) Eixo II – Processos internos

Orientações principais:

- Criar imagem corporativa
- Divulgar
- Desenvolver ferramentas de gestão da relação com o cliente (CRM).
- Melhorar a experiência
- Estudar custos fixos e custos variáveis
- Ajustar a capacidade instalada
- Calcular o ponto crítico de vendas

c) Eixo III – Clientes

Orientações principais:

- Aumentar as utências
- Aumentar o número de utentes

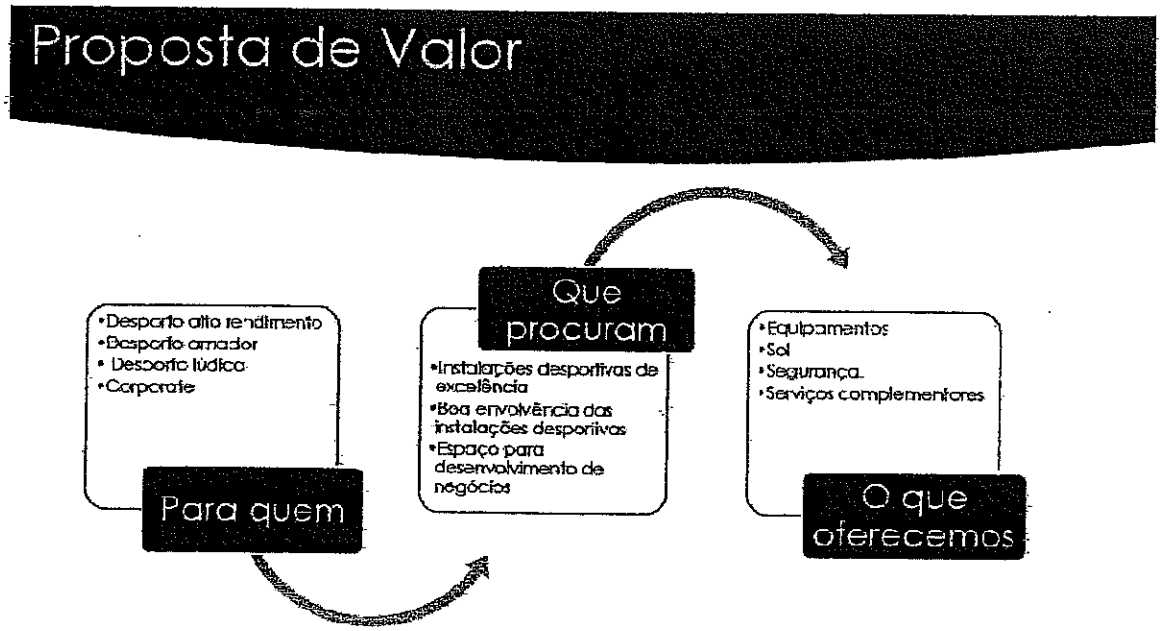
- Fidelizar clientes
- Aumentar a satisfação do cliente
- Aumentar a quota de mercado

d) Eixo IV – Finanças

Orientações principais:

- Aumentar a receita
- Ajustar a estrutura de gastos
- Equilibrar a estrutura financeira

Principais Objetivos



Os objectivos para os diferentes segmentos de clientes, assenta na prestação dos serviços que respondam à proposta de valor apresentada.

Plano de Investimentos

Os investimentos a realizar no Complexo Desportivo têm como objetivo a criação de valor, através de uma oferta melhorada e que vá ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Neste âmbito, estão previstas ações de melhoria dos edifícios e até alargamento das instalações desportivas, com recurso a capitais próprios ou fundos que se enquadrem na

atividade do Complexo Desportivo. Salienta-se que a execução destes investimentos está dependente da viabilidade económica e financeira dos mesmos. Poderá existir investimentos que serão realizados com a finalidade de reduzir a despesa corrente.

2.4 – Unidade PMOT s

Missão

Adequar os instrumentos de gestão territorial às dinâmicas sociais, antecipando-os e respondendo tecnicamente âmbito às expectativas da população, face a essas dinâmicas.

Visão

Os instrumentos de gestão territorial municipal como elemento de competitividade e atractividade do território, incrementando o potencial de qualidade de vida das populações.

Valores

A unidade PMOT's é orientada pelos seguintes valores:

- Ética
- Visão de médio e longo prazo
- Rigor
- Cooperação
- Transparência
- Resiliência

Estratégia e Orientações Principais

Reordenamento das áreas urbanas, melhorando a qualidade urbana do mesmo, permitindo integrar e adequar as ocupações às novas dinâmicas sociais e exigências socioeconómicas.

Incentivo da utilização dos espaços rurais ou naturais, com acções que levaram a essa classificação, permitindo sustentadamente a sua integração nas acções que permitam a melhoria de qualidade de vida das populações.

Principais Objetivos

Ao nível do PDM, Conclusão da revisão do plano director municipal (actividade que iniciada em Julho de 2007, assemelha-se a um processo "kafkiano", colidindo com as várias entidades que tutelam o território do Concelho de Vila Real de Santo António, que aliados a uma errática e mutante organização do aparelho do estado, aguarda a emissão por parte de algumas entidades as atas das reuniões de concertação promovidas pela CCDR, para os passos legais seguintes), ao nível dos planos de pormenor, concluir os processos administrativos de reparcelamento e planos de perequação.

2.5 – Unidade Novos Projetos

Missão

Tornar real os planos nacionais, regionais e locais aprovados que têm como incidência territorial o Concelho de Vila Real de Santo António.

Visão

Maximizar a utilidade marginal dos ativos territoriais em benefício da melhoria da qualidade de vida da população de Vila Real de Santo António.

Estratégia e Orientações Principais

Desenvolver os conceitos e procurar os "developers" e os exploradores desses conceitos que permitam no curto prazo gerar emprego junto da população, com actividades de alto valor acrescentado (melhorando os rendimentos médios da população), formando-a constantemente (melhorando a sua competitividade).

Principais Objetivos

Identificar oportunidades de negócio, cruzando necessidades de desenvolvimento e tendências de mercado. Criação e alargamento da rede de contactos de investidores potenciais (esta rede tem que conter entradas de investidores públicos e privados, bem como particulares e empresas) e estudar a viabilidade de projetos propostos aconselhando na sua implementação e operação.

O plano de Investimentos

2.5.1-Valorização do Litoral – Concelho Vila Real de Santo António

Desde a Ribeira do Lacém, à foz do Guadiana, a VRSA SGU irá promover e desenvolver estudos para dinamizar um dos principais ativos do concelho, a sua frente marítima.

Na freguesia de Vila Nova de Cacela, a conclusão do passadiço da praia da Manta Rota até à Ribeira do Álamo (fronteira nascente da freguesia de Vila Nova de Cacela) será uma realidade em 2015, melhorando o acesso às praias da zona e permitindo a vivências dos espaços naturais do concelho de forma sustentável.

Quanto à freguesia de Monte Gordo, a sua praia sendo um expoente no turismo do Algarve e polo turístico de atratividade do sotavento Algarvio, encerra um dos ativos prioritários quanto à requalificação do espaço de praia, seus acessos e o estacionamento, que permita o desenvolvimento nas áreas já aprovadas de novas actividades hoteleiras, diversificando a oferta existente e incrementando a gama de serviços. Referir que este processo de melhoria das condições oferecidas, face ao elevado valor financeiro do investimento, exige inovação e compromisso com todos os intervenientes, desde os organismos públicos com responsabilidades na área em apreço, aos privados que lá desenvolvem a sua actividade.

Em Vila Real de Santo António, o processo da frente de praia, quer pelo PDM aprovado e em vigor quer pelo POOC, será outro dos ativos a desenvolver conceitos e modelos que tornem os planos em realidades.

2.5.2-Valorização da Frente Ribeirinha de Vila Real de Santo António

A frente ribeirinha de Vila Real de Santo António é a imagem de marca do concelho. Começando no seu limite norte, onde é pretensão do Município alojar um parque empresarial dedicado à economia do mar, passando pela requalificação da área dedicada à travessia por barco entre Portugal e Espanha, seguindo pela margem do porto de recreio e chegando ao antigo jardim, carente de melhoramentos e alguns equipamentos considerando, também, o alargamento do porto de recreio, e culminando na zona sul do rio, desde o bairro do Lazareto

à praia de Santo António que exige uma requalificação e integração com novos equipamentos.

2.5.3-*Valorização de imóveis e terrenos Municipais*

O projecto do Alojamento a Céu Aberto, terá o seu desfecho no ano 2015 permitindo incrementar a oferta turística de qualidade na cidade de Vila Real de Santo António, mas também requalificar imóveis do centro histórico. Tentaremos alargar o conceito a outros imóveis com prioridade para aqueles cuja requalificação mas premente se mostre. A reabilitação de um imóvel municipal para albergar o polo de formação do IEFP é outro exemplo. Em carteira estão outros projectos que dentro da missão e visão, se possam enquadrar na acção da unidade.

3 - *Atividades Internas*

Os departamentos de apoio à concretização dos objetivos propostos pelas unidades operacionais, supramencionadas, são as seguintes:

a. Administração;

b. Departamento Administrativo e Financeiro;

c. Assessoria ao Conselho de Administração;

d. Coordenação e controlo;

Durante o ano de 2015, manter-se-á o apoio ao funcionamento administrativo e à gestão da empresa bem como se potenciará a acção da unidade de coordenação e controlo, cujo objectivo consiste em fornecer a informação essencial para a tomada de decisão, de forma eficiente e eficaz. Desta forma, haverá uma partilha de recursos e uma transversalidade relativamente aos serviços prestados por estes departamentos.

Continuará a ser implementada uma organização voltada para a excelência na prestação de serviços ao cliente interno, assente em princípios de otimização da eficiência na utilização de recursos e de consumo dos meios empregues.

Referir ainda que no quarto trimestre de 2014, foi introduzido o novo organigrama da empresa, cujos reflexos na organização da mesma se farão sentir sobretudo ao longo do ano de 2015.

Contamos ainda que no primeiro trimestre de 2015 a empresa possa servir todos os seus clientes com um novo canal de interacção com a empresa nas suas variadas actividades, através do novo "website", onde constará uma loja online com todos os serviços que hoje são executados presencialmente a poderem ser na sua esmagadora maioria através das plataformas tecnológicas.

4 - Outras Referências

Os pressupostos gerais que serviram de base à elaboração da previsão da situação económico-financeira para o ano 2015 resumem-se nos quadros seguintes, a preços correntes.

A informação que serviu de base para os cálculos previsionais tem em conta a atividade desenvolvida no exercício de 2014, espelhada nos registos contabilísticos.

Os prazos médios de recebimentos e pagamentos foram estipulados com base no histórico da empresa, onde não devem ultrapassar os 30 e os 60 dias, respetivamente, o que não tem sido possível cumprir no passado recente.

Ao nível do volume de negócios, a empresa irá procurar aumentar a atividade decorrente das Unidades Ambiente, Território e Complexo Desportivo. Melhorando ainda o processo de otimização da exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais.

Os gastos com pessoal foram calculados de acordo com o quadro de pessoal existente nesta data com os ajustamentos que decorrem da proposta de Orçamento de Estado para 2015.

Com base nas previsões que iremos submeter à aprovação, estima-se que os resultados líquidos antes de impostos, correspondem às orientações legais aplicáveis a este tipo de empresas (art.º 40 da Lei 50 de 2012 – Regime jurídico do sector empresarial local), segundo as quais, "as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados".

Como podemos constatar o Resultado Antes de Impostos é positivo, no montante de **264.122,50€.**

RUBRICAS	2015
Rendimentos	12.065.472,49 €
Gastos	11.801.349,99 €
Resultado Antes Impostos	**264.122,50 €**

5 - ANEXOS

5.1 - O Investimento / Financiamento

O Plano de Investimentos para 2015, revela a preocupação da VRSA, SGU EM SA, no melhoramento e modernização das infra-estruturas existentes e na dinamização e desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António. Vão ser efetuados investimentos em três unidades de negócio: Ambiente, Complexo Desportivo e Território (inclui investimentos referidos na unidade de novos projectos para simplificação), correspondendo a 58%, 20% e 22% do investimento total, respectivamente, conforme mapa abaixo mencionado.

A VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA pretende que os investimentos sejam financiados com os Cash-Flows gerados nas unidades, com a atribuição de subsídios ao investimento, pela contratação de financiamentos junto do Banco Europeu de Investimento, fundos comunitários e também através de parcerias publico privadas.

RUBRICAS	2015
Unidade Ambiente	
Ativos Tangíveis	**14.087.240,00 €**
Redes Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Sertão de Monte Gordo - 2ª e 5.ª Fase	100.000,00 €
Sistema de Adução e Armazenamento de Água da Cidade de Vila Real de Santo António	900.000,00 €
Sistema de Adução e Armazenamento de Água de Monte Gordo	4.200.000,00 €
Sistema de Adução e Armazenamento de Água de Santa Rita	700.000,00 €
Sistema Interceptor Pocinho / Caliço / Fonte Santa / Manta Rota	650.000,00 €
Ligação de Redes de Saneamento da Zona Central de Vila Real de Santo António	1.700.000,00 €
Sistema Interceptor e Ligação das Redes de Saneamento de Manta Rota (inclui passadiço)	1.900.000,00 €
Sistema Intercetor de Monte Gordo	3.200.000,00 €
Ligações das Redes de Saneamento ao Longo da Frente da Cidade de VRSA	300.000,00 €
4.000 Contadores + Módulos Rádio + Antenas	141.200,00 €
Aquisição de Ferramentas e Utensílios	52.340,00 €
Projeto Social "Controle os seus consumos": 100 contadores + 1 posto de venda	31.000,00 €
Projeto "Gota a Gota"	10.000,00 €
Rede de incêndios e reparação de marcos	10.200,00 €
Rede de rega	37.400,00 €
Redes de abstecimento de água	51.000,00 €
Redes de saneamento	104.100,00 €
Ativos Intangíveis	**50.000,00 €**
Software de Gestão Operacional	50.000,00 €
Unidade Complexo Desportivo	**4.906.518,50 €**
Ótimização Energética das Piscinas	456.018,50 €
Organização da Rede Energia Elétrica do Complexo Desportivo	50.000,00 €
Redimensionamento da Central de Bombagem para rega de relvados	60.000,00 €
Modernização Equipamentos de Atletismo (Barreiras, colchões de salto, dardos, varas, pesos, etc.)	75.000,00 €
Cobertura do Pavilhão João Ilídio Setubal	100.000,00 €
Conclusão Obras Pavilhão Multiusos	2.500.000,00 €
Polidesportivos de VRSA	250.000,00 €
Centro de Estágios	1.000.000,00 €
Sala de Musculação	200.000,00 €
Substituição do Relvado Sintéctico	145.000,00 €
Novo site do Complexo Desportivo	12.500,00 €
Novo Software de facturação e CRM do CD	8.000,00 €
Reparação Clarabóias Nave	50.000,00 €
Unidade Território	**5.237.634,00 €**
Reabilitação Edifício Alfândega	150.000,00 €
Alojamento a Céu Aberto	3.137.634,00 €
Alargamento Zona Pedonal CCCA e Regularização de Trânsito	500.000,00 €
Frente Ribeirinha VRSA - Poente Avenida Republica	750.000,00 €
Frente Ribeirinha VRSA - Nascente da Avenida Republica	500.000,00 €
Adequação Balneário VRSA a WC públicos e Loja Informação Turística	200.000,00 €
SGU	**330.120,00 €**
SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	330.120,00 €
Total dos Investimentos	**24.611.512,50 €**

5.2 - *Orçamento de Exploração*

O cálculo previsional foi efetuado de acordo com as perspetivas futuras e de acordo com as informações contabilísticas históricas e previsionais preparadas por cada área de negócio da empresa.

As amortizações e depreciações, previsionais foram calculadas com base nos Ativos existentes e previstos, pela aplicação das taxas previstas nos Decretos Regulamentares 2/90 ou 25/2009 de 14 de Setembro, consoante a data de utilização do imobilizado seja anterior ou posterior a 31/12/2009.

Custos Estrutura/Unidades	TOTAL
Rendimentos	
Vendas	2.557.836,60 €
Prestação Serviços	7.968.474,13 €
Trabalhos para Própria Empresa	500.000,00 €
Subsídio à Explor.Munic.Vila Real Sto.Ant.	- €
Outros Rendimentos e Ganhos-Rend. Invest.não Financeiros	832.018,76 €
Outros Rendimentos e Ganhos-Imputação Sub. p/Investimento	105.410,00 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares-	101.733,00 €
Total Rendimentos	12.065.472,49 €
Total CMVMC	1.462.679,48 €
Total Fornecimentos e Serviços Externos	2.686.811,83 €
Total Gastos com o Pessoal	2.548.800,33 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	
Amortizações	1.591.570,36 €
Outros Gastos e Perdas	
Outros	1.899.205,51 €
TOTAL GASTOS	10.189.067,51 €
RESULTADO OPERACIONAL	1.876.404,98 €
Gastos e Perdas de Financiamento	
Juros Suportados	1.612.282,48 €
Resultado Antes Impostos	264.122,50 €
Imposto Sobre o Rendimento do Período	25.621,49 €
Resultados Líquido do Período	238.501,01 €

5.3 - *Demonstrações Financeiras Previsionais*

De acordo com o Orçamento de Exploração, apresentam-se de seguida os seguintes mapas previsionais: Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Tesouraria Previsional.

Balanço Previsional

RUBRICAS	NOTAS	2015
ativo		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis		44.419.823,05 €
Propriedades de investimento		44.964.448,17 €
Goodwill		- €
Ativos intangíveis		19.163.705,43 €
Ativos biológicos		- €
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		- €
Participações financeiras - outros métodos		- €
Acionistas/sócios		- €
Outros ativos financeiros		- €
Ativos por impostos diferidos		
		108.547.976,65 €
Ativo Corrente		
Inventários		121.561,47 €
Ativos biológicos		- €
Clientes		8.179.056,99 €
Adiantamentos a fornecedores		- €
Estados e outros entes públicos		663.216,11 €
Acionistas/sócios		- €
Outras contas a receber		275.117,21 €
Diferimentos		25.592,54 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €
Outros ativos financeiros		- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €
Caixa e depósitos bancários		432.038,28 €
		9.696.582,61 €
Total do ativo		**118.244.559,26 €**

RUBRICAS	NOTAS	2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado		36.620.980,00 €
Ações (quotas) próprias		- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €
Prémios de emissão		- €
Reservas legais		32.271,15 €
Outras reservas		252.901,15 €
Resultados transitados		- 5.524.273,60 €
Ajustamentos em activos financeiros		- €
Excedentes de revalorização		- €
Outras variações no capital próprio		12.155.941,30 €
Resultado líquido do período		238.501,01 €
Interesses minoritários		- €
Total do capital próprio		**43.776.321,01 €**
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		53.609,30 €
Financiamentos obtidos		41.188.232,62 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €
Passivos por impostos diferidos		- €
Outras contas a pagar		7.128.176,54 €
		48.370.018,46 €
Passivo corrente		
Fornecedores		11.280.434,62 €
Adiantamentos de clientes		- €
Estado e outros entes públicos		90.621,49 €
Acionistas/sócios		- €
Financiamentos obtidos		210.226,75 €
Outras contas a pagar		14.475.890,54 €
Diferimentos		41.046,39 €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €
Outros passivos financeiros		- €
Passivos não correntes detidos para venda		- €
		26.098.219,79 €
Total do passivo		**74.468.238,25 €**
Total do capital próprio e do passivo		**118.244.559,26 €**

Demonstração de Resultados Previsional

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano 2015
Vendas e Serviços Prestados		10.526.310,73€
Subsídios à Exploração		- €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		- €
Variação nos inventários da produção		- €
Trabalhos para a própria entidade		500.000,00€
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.462.679,48€
Fornecimentos e Serviços Externos		2.686.811,83€
Gastos com o pessoal		2.548.800,33€
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €
Outros rendimentos e ganhos		937.428,76€
Outros gastos e perdas		1.899.205,51€
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		**3.366.242,34€**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		1.591.570,36€
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**1.774.671,98€**
Juros e rendimentos similares obtidos		101.733,00€
Juros e gastos similares suportados		1.612.282,48€
Resultado antes de impostos		**264.122,50€**
Imposto sobre o rendimento do período		25.621,49€
Resultado líquido do período		**238.501,01€**
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários		
Resultado por acção básico		

Mapa Tesouraria Previsional

Rúbricas	2015
Saldo Anterior	**3.749.519,11 €**
Recebimentos	
Vendas	2.344.683,55 €
Prestação Serviços	7.448.601,29 €
Subsídio à Explor.Munic.Vila Real Sto.Ant.	- €
Outros Rendimentos e Ganhos-Rend. Invest.não Financeiros	802.018,76 €
Outros Rendimentos e Ganhos-Imputação Sub. p/Investimento	- €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	93.255,25 €
Recebimento Fundos POVT + POCTEP + PO 21 Algarve	9.639.013,18 €
Financiamentos Obtidos BEI + IFDR + Turismo Portugal	7.876.202,52 €
Recebimentos de Clientes do ano anterior	13.277.890,71 €
Total Recebimentos	**41.481.665,25 €**
Pagamentos	
Total CMVMC	**1.219.299,57 €**
Total Fornecimentos e Serviços Externos	**2.237.676,53 €**
Total Gastos com o Pessoal	**2.417.275,28 €**
Outros Gastos e Perdas	
Outros	1.897.805,51 €
Pagamentos Diversos	**37.027.089,21 €**
Amortizações de Financiamentos Bancários	1.036.960,52 €
Amortizações de Leasings + Factoring	26.475,16 €
Juros de Financiamentos Obtidos	1.612.282,48 €
Pagamento Investimento	20.759.593,75 €
Pagamento Investimento ano anterior	12.521.777,30 €
Pagamento a Fornecedores	1.070.000,00 €
Total Pagamentos	**44.799.146,09 €**
Meios Libertos Líquidos	**- 3.317.480,84 €**
Saldo Final	**432.038,28 €**

6 - Parecer do Fiscal Único

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Inscrita sob o nº 23
Auditor (C.M.V.M.)

Membro de / Member of
Intercontinental
www.nibi.com

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do art.º 25 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da *VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM S.A.*, consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA – PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-096 LEIRIA – PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 465
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt Web: www.orasroc.pt

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Nº de Matrícula - NIPC 501 269259
Capital Social € 12.500

Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Nº de Matrícula/NIPC: 501 296 259
Capital Social € 1,3 mil

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião acima expressa, cumpre-nos referir às situações seguintes:

8.1. A concretização de cerca de 10M€ do total dos investimentos previstos depende da prévia obtenção de meio de financiamento, nomeadamente a candidatura a novos fundos, e também a viabilidade económica e financeira dos mesmos, conforme decorre do referido no ponto 2 e Anexo 5.1 do Plano de Atividades e Orçamento 2015.

8.2 As prestações de serviços previstas refletem um aumento de 91% face ao orçamento para o exercício anterior, destacando-se a Unidade do Ambiente e a Unidade do Complexo Desportivo. Esta variação tem a ver, essencialmente, com a alteração de critério de imputação dos RSU's e taxa de proteção civil, que passaram a ser reconhecidos nesta rubrica (apesar do seu impacto em resultados ser nulo devido ao registo destes em gastos, por se tratar de uma receita do MVRSA), um acréscimo dos volumes de água faturados e a sua distribuição pelos diferentes escalões (720 m€), uma redução de descontos sobre protocolos referentes a clientes não domésticos (100 m€) e a faturação estimada ao MVRSA (1,3 M€) pela utilização daquele equipamento social por parte de entidades de cariz associativo e eventos diversos, não dispondo de dados históricos comparativos sobre este último rendimento. Também os trabalhos para a própria empresa (500 m€) registaram um acréscimo face ao orçamento para o exercício anterior, de 67%, tendo sido iniciados apenas em 2014 e não existindo informação histórica anterior. No que respeita aos clientes, o Orçamento de tesouraria prevê a recuperação de dívidas de anos anteriores, incluindo faturas do MVRSA abrangidas pelo PAEL, e outros clientes, em aproximadamente 1M€.

Lisboa, 20 de outubro de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, R.O.C. nº 1266

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Social € 11.200

DGAL | DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Município V. R. S. António
Entrada
Nº 18.742
Ano: 29 DEZ 2014

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência
		02 (02.02.01)-200/08/02 / DCAF

ASSUNTO: MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. APRECIAÇÃO TÉCNICA DOS DOCUMENTO PREVISIONAIS DO ANO DE 2015 (PAEL) (2ª ANÁLISE).

DGAL 22-12-2014 S-002273-2014

Na sequência do estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, envia-se a V. Exa. a apreciação técnica dos documentos previsionais do ano de 2015 feita por esta Direção-Geral, para os devidos efeitos.

Mais se informa que a apreciação técnica emitida por esta Direção-Geral deverá acompanhar os documentos previsionais a apresentar à assembleia municipal.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral

Lucília Ferra

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o nº do processo

GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
Rua José Estêvão, n.º 137, 4.º a 7.º, 1169 – 058 Lisboa Tel.: 213 133 000 Fax: 213 528 177
www.portalautarquico.pt E-mail: geral@dgal.pt

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

I – Enquadramento

A presente análise dá cumprimento ao preconizado na alínea b), n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que vincula os municípios aderentes ao Programa I a submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, **os seus documentos previsionais** e eventuais revisões, para apreciação técnica antes da sua apresentação, para aprovação à assembleia municipal que, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são:

- GOP (Grandes Opções do Plano)

- Orçamento

Realça-se que os documentos previsionais em análise foram elaborados no primeiro ano de vigência do novo RFALEI, diploma que introduz um reforço progressivo na disciplina orçamental, no que respeita à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual, às regras de endividamento e à extensão do perímetro de entidades.

O Município de Vila Real de Santo António elaborou, aprovou e submeteu à DGAL os documentos previsionais para o ano 2015, os quais foram alvo de apreciação técnica por parte da DGAL, tendo exarado parecer sobre os mesmos e remetido a análise ao Município no dia 01 de dezembro de 2014.

A análise focou-se nos principais agregados do orçamento municipal bem como na verificação das disposições legais inerentes à elaboração do orçamento municipal para o ano 2015. Nesse sentido, apurou a DGAL, pela análise da informação remetida pelo Município, que "(...)***O município não teve em consideração as disposições legais relativas à previsão das receitas com venda de bens imóveis, aferindo-se que o OM_{2015} não cumpre a disposição legal preconizada no artigo 253.º da LOE_{2014}, não verifica o princípio do equilíbrio orçamental conforme preconizado no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 e não teve em consideração a correta aplicação das regras previsionais decorrentes do POCAL."***

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

Face ao parecer exarado pela DGAL, procedeu o Município de Vila Real de Santo António à reformulação do seu OM_{2015}, no sentido de dar cumprimento às disposições legais supra referidas, remetendo os documentos aprovados para reapreciação.

II – Análise do *template* de comparação (de acordo com os dados remetidos pelo município em anexo)

Quadro I – Empréstimo PAEL

Instrumento	Instituição de crédito	Calendário de operações		Montante da operação			
		Início	Termo	Contratado	1.ª T (60%)	2.ª T (20%)	3.ª T (20%)
PAEL	Direção - Geral do Tesouro e Finanças	2014	2033	€ 24.466.151,44	€ 14.679.690,86	€ 4.893.230,29	€ 4.761.162,572

Verifica-se que à data da presente análise o Município usufrui da libertação da 3.ª tranche do empréstimo PAEL, totalizando as 3 tranches do empréstimo, o montante de **€24.334.083,72**. O montante transferido diverge do montante financiado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

Ressalva-se que o despacho n.º 4436/2013, de 7 de março, publicado no DR, 2.ª serie, n.º 61 de 27 de março, condicionou o empréstimo contratado à celebração prévia de contrato de reequilíbrio financeiro de €33.314.322,94, que o município já contratou e utilizou na totalidade.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

Quadro II – Comparação das previsões da receita e despesa

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto
Total receita	37.566.846,00	24.583.571,37	-12.983.274,63
Receitas correntes	20.905.198,00	22.301.864,58	1.396.666,58
Receitas de capital	16.661.648,00	2.281.706,79	-14.379.941,21
Total despesa	37.566.846,00	24.178.964,26	-13.387.881,74
Despesa corrente	30.759.014,00	20.833.136,79	-9.925.877,21
Despesa de capital	6.807.832,00	3.345.827,47	-3.462.004,53

A receita e a despesa prevista no OM_{2015} apresentam valores superiores aos valores previstos para 2015 no PAF, **uma revisão que ascende aos €12.983.274,63 no lado da receita e a €13.387.881,74 do lado da despesa.**

Quadro III – Comparação dos saldos considerando as receitas e despesas efetivas, expurgadas das tranches em falta do PAEL (quando aplicável)

	Valores estimados	
Descrição	**PAF2015**	**OM2015**
Saldo global	2.899.752,50	3.195.293,00
Saldo Primário	6.308.567,49	7.238.472,00

Nota: Para o apuramento foram considerados os montantes efetivos. Não foram consideradas as RNAP's para o cômputo das Receitas.

O saldo global e primário decorrente da proposta de OM_{2015} são formalmente positivos, no entanto, estes valores estão sobreavaliados pelos valores inscritos na rubrica **Outras receitas de capital**, face

ao previsto no PAF, que, como reconhecido pelo Município, reflete a expetativa de recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Expurgando o efeito provocado pela previsão desta receita, que ascende a **€14.435.540 (conforme expecta o Município) os saldos apresentariam um comportamento desfavorável face ao previsto no PAF, sendo de -€11.240.247 e -€7.197.068, respetivamente, evidenciando um risco orçamental significativo e um claro desvio face à trajetória prevista no PAF, devendo a realização da despesa estar dependente da efetiva contratualização do empréstimo.**

Verifica-se, igualmente, que os saldos se encontram positivamente influenciados pelas receitas provenientes da transferência de fundos comunitários, que nas suas componentes corrente e capital totalizam **€1.021.914**. Chama-se a atenção de que estas receitas, apesar de terem um maior grau de confiança na arrecadação, sofrem atrasos frequentes nos pagamentos, introduzindo, deste modo, **um risco ao exercício orçamental**.

I.1 - Principais variações no lado da receita

Na previsão da **Receita corrente** o desvio com impacto positivo ao nível dos **Impostos Diretos**, o qual ascende a **€73.636,81,** encontra-se essencialmente influenciado pela previsão ao nível do IMT, o qual apresenta uma previsão mais favorável face ao PAF, decorrente da aplicação das regras previsionais constantes no POCAL. Chama-se a atenção para o facto de o IMT ter uma evolução muito incerta e não necessariamente sustentável no tempo, pelo que a prudência recomendaria sempre a ter previsões mais cautelosas.

Ao nível dos **Impostos Indiretos** o desvio desfavorável face ao PAF, o qual incorre em **€490.134,93**, deve-se, em grande parte, de acordo com a justificação apresentada pelo Município de Vila Real de Santo António, ao desfasamento entre os valores inicialmente previstos e o apuramento decorrente da aplicação da regra previsional do POCAL.

Ao nível da rubrica **Taxas, Multas e Outras Penalidades** o desvio apurado é justificado pelo Município como decorrente da aplicação da média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

No que concerne os desvios apurados ao nível de **Rendimentos de Propriedade** e **Venda de Bens e Serviços Correntes**, o Município justifica os mesmos como decorrente da aplicação da média da receita cobrada nos últimos 24 meses. De notar que, a média dos últimos 24 meses da venda de bens e serviços correntes é inferior em cerca de 2M€ ao valor inscrito no OM_{2015}, o que reflete um otimismo excessivo na previsão apresentada pelo Município e um risco orçamental de que tal receita não venha a ser arrecadada, otimismo este também verificado ao nível dos **Rendimentos de Propriedade**, uma vez que a previsão excede a média apurada por via da aplicação da regra previsional em cerca de €59.800,00.

Enaltece-se que o POCAL define, no seu ponto 3.3, que a previsão das importâncias relativas aos **impostos, taxas e tarifas** a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.

A previsão de receita de impostos diretos e indiretos, bem como taxas e multas, verifica o cumprimento da regra previsional do POCAL, com exceção das previsões ao nível do IMI e da Derrama, as quais excedem a média da receita líquida arrecadada nos últimos 24 meses[1] .

Neste âmbito importa referir que, apesar da elaboração da proposta de orçamento municipal constituir um instrumento fundamental para o planeamento e gestão municipal, refletindo as reais expetativas do Município e atender ao máximo rigor e aderência à realidade, existem mecanismos no sentido de adequar o orçamento ao real cenário de execução orçamental, pelo que, na falta de norma em contrário, as regras previsionais previstas no POCAL deverão prevalecer aquando do exercício de elaboração. Reajustes às previsões apuradas decorrentes da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL são possíveis, carecendo, no entanto, de fundamentação sustentável.

Ao nível das **Transferências Correntes** o desvio favorável apurado, que ascende a **€532.454,18**, de acordo com a fundamentação apresentada pelo Município, decorre do facto de as verbas previstas a transferir na proposta de orçamento do Estado para 2015 serem de €3.194.988,00 ao invés dos €2.662.534,35 previstos no PAF. Por outro lado, ao nível dos Projetos cofinanciados prevê o Município €273.637,47 tal como a previsão no PAF. Ressalva-se que a previsão desta rubrica não se enquadra na alínea a) do ponto 3.3 do POCAL, mas sim na alínea b), uma vez que *"As importâncias*

[1] Outubro de 2012 a setembro de 2014.

relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente".

Relativamente às receitas provenientes de fundos comunitários, não obstante as mesmas terem um maior grau de confiança na arrecadação, podem sofrer atrasos nos pagamentos, sendo que esta possibilidade de desfasamento temporal introduz um risco no exercício orçamental.

Da análise ao nível das **Receitas de Capital,** apura-se um desvio significativamente favorável face ao PAF, o qual decorre essencialmente da dotação prevista ao nível da rubrica **Outras Receitas de Capital**.

No que concerne a rubrica **Venda de Bens de Investimento**, o Município prevê a arrecadação de receitas inseridas no presente agregado no montante de **€453.352**, divergindo esta previsão da efetuada no PAF em **€946.648**.

De referir que, no que respeita à previsão orçamental de receitas resultantes da venda de imóveis, o artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014 refere que **na elaboração dos documentos previsionais para 2015, os municípios não podem orçamentar receitas respeitantes a venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração,** constatando-se que o Município dotou a rubrica **em observância à referida disposição legal**.

I.2 - **Principais variações no lado da despesa**

No que concerne à **Despesa Corrente** ocorre um desvio desfavorável na rubrica **Despesas com o Pessoal** o qual ascende aos €642.392,05 e que decorre essencialmente, de acordo com a justificação apresentada pelo Município, do facto de aquando da elaboração do PAF não estar previsto o pagamento de subsídio de férias, que se veio a efetuar em 2013 e em 2014, bem como a subida da taxa de contribuição para a CGA para 23,75%, a qual não estava prevista aquando da elaboração do PAF.

Relativamente à rubrica **Abonos variáveis ou eventuais**, o desvio é justificado como decorrente da inclusão de Horas extraordinárias (125.000€); Ajudas de custo (28.050€); Subsídios de trabalho noturno e de turno (76.000€) e Outros suplementos e prémios (20.050€).

No que concerne as **Despesas com Pessoal** enaltece-se o preconizado na Proposta do Orçamento do Estado para o ano 2015, que estabelece, subsidiariamente ao POCAL, no artigo 62.º, sob a epígrafe ***"Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local"*** que um município não pode incorrer em despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante superior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, podendo aumentar em 2015 no montante correspondente a 20% da margem disponível caso registe uma percentagem inferior à prevista. No caso de registar uma percentagem superior à referida ficará impedido de aumentar a despesa com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares. Salienta-se, neste último caso, que se um município no exercício de 2014 não tiver cumprido o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.º 13/2014, de 14 de março e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, não pode em 2015 ultrapassar o montante de despesa que resultaria após o cumprimento desse preceito.

Realça-se ainda que os municípios que excedam o limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, devem reduzir 3% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2014 caso a dívida total ultrapasse 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, sendo que nos restantes casos devem reduzir 2%, de acordo com o expresso no artigo 63.º da Proposta do Orçamento do Estado para 2015.

Assim, **o município deverá acautelar que as dotações previstas nas rubricas inerentes a Despesas com pessoal e Aquisição de serviços a pessoas singulares estejam consentâneas com as premissas constantes nos artigos 62.º e 63.º**, no sentido de salvaguardar que as mesmas se enquadram nos limites estipulados, bem como estejam alinhadas com os objetivos de redução, **sob pena de diminuição das transferências do OE nos termos previstos no n.º 8 do artigo 62.º e n.º 2 do artigo 63.º da Proposta do Orçamento do Estado para 2015.**

Ao nível da rubrica **Aquisição de Bens e Serviços** o desvio desfavorável apurado face ao PAF traduz um acréscimo nas dotações previstas no PAF, acréscimo que ascende a **€6.412.993.** Este desvio é justificado pelo Município de Vila Real de Santo António como decorrente, essencialmente, de dívida contraída entre dezembro de 2012 e setembro de 2014.

Ao nível da rubrica **Juros e outros encargos** verifica-se um desvio desfavorável, motivado, essencialmente, pelo valor dos juros de mora a liquidar, consequência do longo período que

decorreu entre o Despacho n.º 4436/2013 de 27-03-2013 que aprova a adesão ao PAEL e o visto do Tribunal de Contas a 22-04-2014, conforme argumenta o Município.

No que alude às **Transferências Correntes** verifica-se um desvio desfavorável, o qual ascende a **€1.422.286,16** e que inclui, ao nível da rubrica **Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais**, o subsídio à exploração no âmbito do Contrato de Gestão de Exploração do Complexo Desportivo. O montante de 1.623.801€ é dívida contraída em 2013. De uma maneira geral, as rubricas do presente agregado encontram-se negativamente influenciadas por dívida contraída nos anos 2013 e 2014, de acordo com o argumento apresentado pelo Município. Note-se que estes anos foram já anos de ajustamento financeiro e de aplicação em pleno de normativos legais, como a LCPA, que restringem a execução de despesa quando não existem fundos disponíveis para o efeito, impedindo o aumento de pagamentos em atraso. Salvo as dívidas que se encontram abrangidas pelo PAEL e pelo empréstimo de reequilíbrio financeiro e que oneram os pagamentos em atraso, as restantes só deveriam ter sido contraídas em observância aos pressupostos previstos nos normativos legais aplicáveis.

Relativamente às **Despesas de Capital** verifica-se um desvio desfavorável significativo, o qual decorre, fundamentalmente, do desvio apurado ao nível da rubrica **Outras Despesas de Capital.**

No que concerne a **Aquisição de Bens de Capital**, o desvio apurado, que ascende a **€378.885,91,** é justificado pelo Município como decorrente, essencialmente, de valores em dívida que ascendem a €492.521.

Ao nível da rubrica **Transferências de Capital**, apura-se um desvio desfavorável, que ascende a **€521.105**, justificado pelo Município como decorrente, ao nível da rubrica **Empresas públicas municipais e intermunicipais**, do montante previsto como necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos da Empresa Municipal. Relativamente à rubrica **Instituições sem Fins Lucrativos**, o desvio é justificado pelo Município como decorrente de um Protocolo celebrado com o Lusitano Futebol Clube em 2008 (em vigor até 2023), sendo o valor remanescente (€75.055) dívida. Sobre esta última rubrica sugere-se a devida avaliação da dotação prevista, uma vez que da análise dos documentos previsionais primeiramente remetidos aferiu-se que o desvio apurado decorria do referido Protocolo e do valor remanescente, 67.000€ seriam para liquidar com a 3.ª fase do PAEL.

Ora, uma vez que o Município já usufruiu da libertação da 3.ª tranche do empréstimo PAEL, deverá avaliar a necessidade de manutenção desta dotação nos montantes definidos.

Relativamente a **Ativos financeiros,** verifica-se que a dotação inscrita para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal encontra-se coerentemente dotada face aos valores comunicados por esta Direção-Geral em 26 de setembro de 2014.

Relativamente à rubrica **Outras Despesas de Capital** o desvio apurado face ao PAF, e que ascende a **€1.861.866** de processos judiciais em curso com elevada probabilidade de condenação do Município de Vila Real de Santo António.

No *Anexo A* à presente ficha, encontra-se reproduzido o ***"template de acompanhamento do orçamento municipal"*** com as justificações dos desvios apresentadas pelo Município de Vila Real de Santo António.

II – Análise do cumprimento das medidas previstas em PAEL

Verifica-se que à data da análise o Município já usufruiu da totalidade do empréstimo PAEL, totalizando as 3 tranches do empréstimo, o montante de **€24.334.083,72**. O montante transferido diverge do montante financiado pelo facto de terem sido anulados documentos de despesa no valor de €124.194,19, tendo ainda sido abatidos ao montante de financiamento, o valor de €7.873,53, referente a documentos de despesa considerados não elegíveis.

No que respeita ao cumprimento das medidas propostas no PAF, designadamente a aplicação das taxas máximas de IMI, derrama, participação no IRS foram fixadas para a receita a arrecadar no ano 2015 nos limites máximos, conforme estipulado, já constando a informação no site da AT.

As medidas de redução da despesa não têm tido o impacto esperado, verificando-se, apesar de ter beneficiado de empréstimos no âmbito do PAEL e reequilíbrio financeiro de 57,7M€, o acumular de nova dívida. De facto, no PAF apresentado o Município previa terminar o ano de 2014 com €66.327.162 de dívidas orçamentais, sendo que no final do 3.º trimestre de 2014 a dívida total de operações orçamentais era de €75.480.320,15, verificando-se igualmente que as poupanças

previstas nas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes e de capital não se materializaram.

Os encargos com o PAEL previstos no mapa ***"Plano previsional de amortizações do empréstimo"*** anexo ao aditamento ao contrato de empréstimo PAEL, celebrado a 6 de março de 2014, não se encontram assegurados coerentemente na proposta de OM_{2015}, constatando-se uma diferença ao nível dos encargos com a amortização de capital, diferença esta que ascende a €6.602,58. Deverá o Município avaliar e corrigir tempestivamente a situação por forma a garantir que os encargos com o empréstimo se encontram corretamente assegurados para o exercício económico de 2015.

De acordo com o preconizado no artigo 40.º sob a epígrafe **Equilíbrio Orçamental** no RFALEI, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O Município de Vila Real de Santo António elaborou o orçamento municipal em inobservância a este princípio uma vez que a receita corrente prevista no OM_{2015} é de (€20.905.198,00) e a soma da despesa corrente (€30.759.014) com as amortizações médias dos empréstimos MLP apuradas pelo Município (€3.098.139,05) é (€33.857.153,05) superior, inobservando assim a equação:

Receita corrente ≥ [Despesa corrente + Amortizações médias de EMLP]

Uma vez que o Município já beneficiou da libertação das tranches inerentes aos empréstimos de reequilíbrio financeiro e PAEL, o equilíbrio apenas poderia ser justificado acaso a quase totalidade da verba inscrita como receita de passivos financeiros no âmbito do FAM fosse para financiar despesa corrente. De notar que, de acordo com as notas expostas pela autarquia no ficheiro excel de acompanhamento os montantes de dívidas a transitar para 2015 de despesas correntes ascendem a aproximadamente 10M€, pelo que mesmo expurgando o impacto extraordinário de um possível financiamento continuar-se-ia a incumprir o equilíbrio corrente.

Não obstante o Município remeter em ficheiro enviado à DGAL que pretende no ano 2016 colmatar esta diferença, alerta-se que o equilíbrio orçamental se deverá verificar quer em sede de previsão, quer em sede de execução.

Na alçada do princípio da anualidade e plurianualidade previsto no artigo 41.º do mesmo regime financeiro, da análise aos documentos previsionais para o ano 2015 apresentados à DGAL no âmbito da presente análise, afere-se que o Município de Vila Real de Santo António enquadrou o seu orçamento num QPPO – Quadro Plurianual de Programação Orçamental, o que de acordo com esta norma legal faz parte do documento que especifica o Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local, definindo ainda que os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, introduzindo a possibilidade de atualização anual.

No que respeita ao dever de publicidade, previsto na alínea a), n.º 2 do artigo 79.º do RFALEI, deverá o município disponibilizar no respetivo sítio eletrónico os documentos previsionais, nomeadamente a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou o mapa designado por Plano Plurianual de Investimentos (PPI), concluindo-se da sua análise que os investimentos nele inscritos não evidenciam total similaridade com a previsão apresentada no **Quadro XII – Lista de investimentos em curso e previstos**, que integra o PAF, pelo que se sugere um controlo ao nível da execução mais apertado, por forma a alinhar a mesma com as metas previstas no PAF para restabelecimento da situação financeira a que se encontra vinculado.

De acordo com o previsto no artigo 102.º da Proposta de Orçamento do Estado para 2015, **os municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento** referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **não carecem de autorização prévia dos membros do Governo para assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que seja respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas**, caso contrário deverão proceder à solicitação das devidas autorizações nos termos legalmente previstos.

III – Parecer

Uma vez que o Município já beneficiou da totalidade das tranches inerentes ao empréstimo PAEL, seria expectável a continuidade no esforço de consolidação orçamental, o que se traduziria numa redução da despesa efetiva face ao PAEL.

No entanto, verifica-se que o Município considera ainda um avultado montante de dívida transitada, a qual será ainda transferida para o exercício de 2015. A dívida comercial de curto prazo do Município no final do 3.º trimestre de 2014 é de €20.298.339,73[2], sendo que no PAF apresentado a autarquia previa terminar 2014 com €4.861.601 de dívida de curto prazo. Não obstante o Município ter a expectativa de arrecadar cerca de 14M€ no âmbito do recurso ao FAM, expectativa esta que tem o seu reflexo ao nível da receita, o Município deverá ter em atenção que o empréstimo terá associado um plano previsional de amortização e terá, de igual modo, reflexo do lado da despesa.

Atendendo à situação de acentuado desvio face à trajetória do PAF e ao reforço progressivo na disciplina orçamental na redução do endividamento, execução orçamental subordinada à LCPA - Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso [3]e ao PAEL, a prudência recomenda que a execução das dotações da despesa revistas em alta na proposta de orçamento municipal para 2015 comparativamente aos pressupostos avançados no PAF, esteja dependente da efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou um orçamento com uma previsão de receita e de despesa superior à do PAF e em inobservância à nova regra de equilíbrio orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que a receita corrente prevista não é suficiente para fazer face à despesa corrente prevista, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

A previsão da receita proveniente de venda de bens de investimento, nomeadamente de venda de bens imóveis, apresentada pelo Município de Vila real de Santo António, na sua proposta de Orçamento, cumpre o previsto no artigo 253.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014.

O Município de Vila Real de Santo António apresenta uma situação de desvio acentuado face à trajetória de ajustamento prevista no PAF, consubstanciado na transição de elevados valores de dívida.

O Município de Vila Real de Santo António apresenta o agregado **Despesas de capital** com um desvio que se traduz em €378.885,91, verificando-se que a componente **Aquisição de bens de capital**

[2] Fonte: Mapa Endividamento 3.º Trimestre 2014 (SIIAL)
[3] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

excede o montante previsto em PAF, pelo que, de acordo com o previsto no artigo n.º 13º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro que aprovou a segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do estado para 2014), onde refere que a execução dos novos investimentos fica condicionada ao limite global fixado no PAF, dispensando deste modo as devidas autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, premissa prevista de igual modo no artigo 102.º da Proposta de Orçamento do Estado para 2015, **a sua execução carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008.**

Alerta-se para o facto de o Município estar obrigado a cumprir o plano apresentado, conforme o aprovado, se não terá de tomar medidas corretivas dos desvios conforme o previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei supra mencionado.

Assim sendo, a execução orçamental deverá ser pautada de tal forma que se obtenham os saldos orçamentais com os quais o Município se comprometeu em sede de candidatura ao PAEL, bem como a trajetória descendente do seu endividamento, com a tomada de medidas adicionais caso tal venha a ser necessário, sendo que no caso do Município de Vila Real de Santo António, deverá a autarquia procurar não só maximizar a receita, mas sobretudo, considerando o facto das previsões da receita apresentadas surgirem como otimistas em algumas rúbricas, deverá implementar medidas de redução da despesa.

O OM_{2015} não verifica o princípio do equilíbrio orçamental conforme preconizado no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, sendo que o equilíbrio apenas poderia ser justificado acaso a quase totalidade da verba inscrita como Outras receitas de capital e que refletem um financiamento que o Município espera vir a obter no âmbito do FAM fosse para financiar despesa corrente.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

ANEXO A

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Receitas correntes	20.905.198,00	22.301.864,58	1.396.666,58	A média da receita cobrada nos ultimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Impostos directos	9.263.924,00	9.190.287,19	-73.636,81	A média da receita cobrada nos ultimos 24 meses foi superior ao previsto no plano
IMI	7.392.486,00	7.392.485,10	-0,90	A média da receita está em linha com os valores previstos no plano
IMT	1.263.673,00	1.177.920,47	-85.752,53	A média da receita cobrada nos ulimos 24 meses foi superior ao previsto no plano
Derrama	152.323,00	152.322,62	-0,38	A média da receita está em linha com os valores previstos no plano
Outros	455.442,00	467.559,00	12.117,00	Esta diferença abaixo do plano, deve-se ao Imposto Único de Circulação que teve uma receita média cobrada nos ultimos 24 meses de 454 942,00€, valor abaixo do previsto.
Impostos indirectos	304.448,00	794.582,93	490.134,93	A contribuição maior para esta quebra de receita face ao plano previsto deve-se a rubrica de loteamento e obras onde se previa 469 979,27€ a média de receita foi de 112.097,36€ ; à ocupação da via publica onde se previa 139 371,56€ e a média foi de 38 561,00€; Publicidade com uma previsão de 132 881,54€ e a média ficou nos 30936,00€ .Contudo a rubrica de inspecção de ascensores previa no plano um valor de 23 048,98€ e teve uma média de cobrança de 31 989,00€; a rubrica de outros com uma previsão no plano de 21 814,73€ teve uma receita média de 76 079,00€; a licença especial de ruido sem valor previsto no plano , teve uma média de receita cobrada nos ultimos 24 meses de 7 937,00€.
Taxas, multas e outras penalidades	629.170,00	1.419.638,83	790.468,83	A média da receita cobrada nos ulimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Taxas	600.952,00	1.293.864,21	692.912,21	A média da receita cobrada nos ulimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Multas	28.218,00	125.774,62	97.556,62	A média da receita cobrada nos ulimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Rendimentos da propriedade	446.247,00	1.620.458,35	1.174.211,35	A média da receita cobrada nos ulimos 24 meses foi inferior ao previsto no plano
Transferências correntes	3.718.626,00	3.186.171,82	-532.454,18	As verbas previstas transferir na proposta de orçamento do Estado para 2015 são de 3 194 988,00 contra os 2 662 534,35 previsto no PAF; por outro lado os Projectos co-financiados prevê-se 273 637,47€ tal como a previsão no PAF
Venda de bens e serviços correntes	6.243.214,00	6.033.374,22	-209.839,78	A média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano
Venda de bens	49.181,00	28.752,33	-20.428,67	A média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano
Serviços	4.460.948,00	5.279.104,12	818.156,12	A média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses foi inferior ao previsto no Plano. A média da rubrica da "recolha e Tratamento" apresenta uma média de 1,6 milhões de euros contrariamente às previsões em PAF 2,5 milhões de euros.
Rendas	1.733.085,00	725.517,77	-1.007.567,23	A diferença deve-se ao facto de por um lado a média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses ser superior ao previsto no PAF para 2015, por outro lado em 2014 existem dois bairros sociais novos, onde se preve uma cobrança de 120 000,00€ de receita, não previsto no PAF aquando da sua elaboração, logo não foi contemplado qualquer valor para 2015 e demais anos no PAF. A nível de Habitações a média gerou uma receita superior ao plano no valor de 123 980,79€; Edificios gerou uma receita superior de 130,91€; e outras gereram uma receita 170 055,52€ superior ao previsto no plano. Está prevista uma receita pela concessão dos parques de estacionamentos no Concelho que ronda os 713.400€ para 2015.
Outras receitas correntes	299.569,00	57.351,24	-242.217,76	A média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses foi superior ao previsto no Plano

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Receitas de capital	16.661.648,00	2.281.706,79	-14.379.941,21	
Venda de bens de investimento	453.352,00	1.400.000,00	946.648,00	
Terrenos	400.570,00	1.000.000,00	599.430,00	A diferença deve-se à rubrica Famílias que apresenta uma méda de receita de 470,00€ e a rubrica sociedades financeiras aberta com 100,00€, ambas não previstas no PAF. A média de receitas respeitantes a venda de bens imoveis nos ultimos 36 meses ronda os 453.352€ sendo que foi inscrito em orçamento para 2015 o valor de 400.000€
Habitações	52.682,00	400.000,00	347.318,00	A média das receitas cobradas nos ultimos 24 meses foi inferior ao previsto no Plano
Edifícios	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	100,00	0,00	-100,00	valor residual para manter a rubrica outros bens de investimento aberta, não previsto no PAF para 2015
Transferências de capital	1.733.168,00	881.706,79	-851.461,21	A diferença resulta do FEF previsto em Orçamento do Estado para 2015 (166 837,00€) contra os 881 706,79€ do PAF = -714 869,79€; A rubrica "outros" tem uma média de receita cobrada de 818 055,00, não havendo qualquer valor previsto no PAF, assim como nos "Projectos co-financiados" com um valor previsto de 748 276,00€ sem qualquer valor previsto no PAF
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	166.837,00	881.706,79	714.869,79	Valor definido na proposta do orçamento do estado para 2015, no PAF foi prevista uma verba superior
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	14.437.064,00	0,00	-14.437.064,00	1 424,00€ resultam da média de receita cobrada na rubrica outras e 100,00€ na rubrica de indemnizações, valor previsto para o PAF é de 14.435.540€. nenhuma destas verbas está prevista no PAF para o ano de 2015,
Rep. não abatidas nos pagamentos	38.064,00	0,00	-38.064,00	Média da receita cobrada nos ultimos 24 meses não prevista no PAF para 2015,
Total receita	37.566.846,00	24.583.571,37	-12.983.274,63	Obzero 23.131.306€ + FAM 14.435.540€
Receitas correntes	20.905.198,00	22.301.864,58	1.396.666,58	
Receitas de capital	16.661.648,00	2.281.706,79	-14.379.941,21	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Despesas correntes	**30.759.014,00**	**20.833.136,79**	**-9.925.877,21**	
Despesas com o pessoal	**8.128.689,00**	**7.486.296,95**	**-642.392,05**	
Remunerações certas e permanentes	5.871.200,00	5.614.722,71	-256.477,29	5 838 000,00€ Obzero, aquando da elaboração do PAF não estava previsto o pagamento de subsídio de férias, que se veio a efectuar em 2013 e em 2014 assim como nos anos seguintes
Abonos variáveis ou eventuais	368.100,00	449.177,82	181.077,82	Obzero 268.000€+100,00€ gop 4/410/2011/1, necessidade de manter duas gop abertas a 55 e 56, 50,00 eur em cada gop.Esta rubrica inclui essencialmente: Horas extraordinárias (125.000€); Ajudas de custo (28.050€); Subsídios de trabalho noturno e de turno (76.000€) e Outros suplementos e prémios (20.050€)
Segurança social	1.989.389,00	1.422.396,42	-566.992,58	Obzero 1 582 600,00€. O desvio de 160.203€ do Obzero face ao valor previsto no PAFdeve-se fundamentalemnte à alteração na taxa dos encargos da entidade na CGA, o valor de 406.789€ é dívida contraida
Aquisição de bens e serviços	**13.058.093,00**	**6.645.100,00**	**-6.412.993,00**	
Aquisição de bens	4.756.737,00	2.080.750,00	-2.675.987,00	Obzero 794.816,00€. O Obzero apresenta uma diminuição de 1.285.934€ face ao PAF. O desvio de 3.960.871€ refere-se a dívida contraida entre dezembro de 2012 e setembro de 2014.
Aquisição de serviços	8.301.356,00	4.564.350,00	-3.737.006,00	Obzero 4.252.942,00€.O Obzero apresenta um aumento 341.408€ face ao PAF, deve-se essencialmente da substituição de despesa da rubrica de "Aquisição de bens" para "Aquisição de serviços". O desvio de 3.735.556€ é dívida contraída entre dezembro de 2012 e setembro de 2014
Juros e outros encargos	**4.043.179,00**	**3.408.815,00**	**-634.364,00**	
Resultantes do PAEL	720.845,00	757.798,74	36.953,74	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3.322.284,00	2.651.016,26	-671.267,74	2.147.362€ OB ZeroO desvio de 671.267€ face ao previsto no PAF deve-se essencialmente ao valor dos juros de mora a liquidar, consequência do longo período que decorreu entre o Despacho n.º 4436/2013 de 27-03-2013 que aprova a adesão ao PAEL e o visto do Tribunal de Contas a 22-04-2014.
Resultantes de endividamento de curto prazo	50,00	0,00	-50,00	não foi considerado no PAF o pagamento de juros de empréstimos de CP
Transferências correntes	**4.591.584,00**	**3.169.297,84**	**-1.422.286,16**	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.573.801,00	1.595.010,53	-978.790,47	Obzero 950 000,00€O Obzero (950.000€) refere-se ao Subsídio à exploração no âmbito do Contrato de Gestão de exploração do Complexo desportivo. O montante de 1.623.801€ é dívida contraida em 2013.
Freguesias	190.006,00	144.637,50	-45.368,50	Obzero 165 000,00€O desvio de cerca 45.000€ face ao PAF, deve-se essencialmente a 20.000€ (Obzero) aos Protocolos celebrados com as juntas de VRSA, Monte Gordo e Vila Nova de Cacela, pela transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e valor em dívida de 25.000€ referente ao exercício de 2013.
Associações de municípios	189.343,00	124.574,81	-64.768,19	Obzero 81 000,00€O valor previsto no Obzero (81.000€) refere-se essencialmente a quotas a pagar a Associações como a ANMP, AMAL, Odiana, ASA, APHM, APNCH, Vencer o Tempo; e 108.343€ dívida contraída em 2013 e 2014.
Instituições sem fins lucrativos	975.931,00	700.000,00	-275.931,00	Obzero 500.494,00€O desvio deve-se essencialmente ao facto de existir dívida de 475.436,37€ de dívida contraída em 2013 e 2014
Famílias	233.434,00	600.000,00	366.566,00	Obzero 243 500,00€O desvio registado deve-se essencialmente à "reclassificação" de despesas que se encontras previstas na rubrica "Outras" na Linha C59
Outras	429.069,00	5.075,00	-423.994,00	Nesta Rubrica foram consideradas as restantes rubricas do grupo 04 Obzero 203.500,00€ O desvio de cerca 198.425€ verificado no Obzero face ao PAF deve-se essencialmente ao motivo apresentado rubrica anterior, e à dívida contraida em 2013 e 2014 relativa a refeições escolares e plano de intervenção escolar (142.000€) e despesas com associações internacionais (10.000€)
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	937.469,00	123.627,00	-813.842,00	581 661,00€ Obzero. O desvio que se verifica entre orçamento para 2015 e o PAF, deve-se em primeiro lugar ao facto de haver um lapso na elaboração do PAF, que não compreende p.e. os reembolso dos impostos e taxas (essencialmente IMI e IMT), assim como comissões bancárias no âmbito dos empréstimos bancários, nomedamente dos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro), Outras restituições e Iva, cujos montantes previstos no Obzero ascendem a 255.830€, 230.025€, 16.000€, 75.000€, respetivamente. Por outro lado, há dívida (355.808€) contraída e contingente de 2014 que inclui essencialmente valores referentes a um projeto comunitário, em que o Município de Vila Real de Santo António é chefe de fila, e tem a pagar ao Município de Alcoutim (18.501,47€), Ayntamiento de Aymonte (49.655,24€) e a previsão de condenação relativa ao processo judicial n.º 2241/08.3 BELSB, com o valor estimado de 250.000€

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
2015

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Município: Vila Real de Santo António

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2015	Valores Previstos no PAF para 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
Despesas de capital	6.807.832,00	3.345.827,47	-3.462.004,53	
Aquisição de bens de capital	1.229.568,00	850.682,09	-378.885,91	O desvio registado nas rubricas que compõem a Aquisição de bens de capital inclui: valores do Obzero que ascendem a 737.047€ (valor inferior ao previsto no PAF) e valores em dívida que ascendem a 492.521€.
Investimentos	582.154,00	593.985,29	11.831,29	
Terrenos	38.037,00	0,00	-38.037,00	OB Zero = 27.063€
Habitações	28.381,00	0,00	-28.381,00	OB Zero = 20.000€
Edifícios	97.061,00	0,00	-97.061,00	OB Zero = 0€
Construções diversas	299.040,00	593.985,29	294.945,29	OB Zero = 250.029€
Outros	119.635,00	0,00	-119.635,00	OB Zero = 0€
Locação financeira	245.850,00	256.696,80	10.846,80	OB Zero = 245.700€
Bens de domínio público	401.564,00	0,00	-401.564,00	OB Zero = 194.255€
Transferências de capital	521.105,00	0,00	-521.105,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	400.050,00	0,00	-400.050,00	O valor de 400.000€ é o montante previsto como necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos da Empresa Municipal
Freguesias	0,00	0,00	0,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	121.055,00	0,00	-121.055,00	46000€ OBZeroO valor (46.000€) em orçamento de base zero refere-se a um Protocolo celebrado com o Lusitano Futebol Clube em 2008 (em vigor até 2023), do valor remanescente (75.055€) é divida
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	116.743,00	0,00	-116.743,00	Contributo no ano de 2015 do Município para a constituição do FAM de acordo com a legislação; nº1 e nº3 do artgº 17 da Lei 53/2014 de 25 da Agosto de 2014
Passivos financeiros	3.078.550,00	2.495.145,38	-583.404,62	
Resultantes do PAEL	1.216.705,00	1.024.148,90	-192.556,10	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.861.795,00	1.470.996,48	-390.798,52	2.668.208,00 €
Resultantes de endividamento de curto prazo	50,00	0,00	-50,00	- €
Outras despesas de capital	1.861.866,00	0,00	-1.861.866,00	O valor de 1.500.000€ refere-se a processos judiciais curso com elevada probabilidade do Município de Vila Real de Santo António ser condenado. Está incluido no FAM
Total despesa	37.566.846,00	24.178.964,26	-13.387.881,74	
Despesa corrente	30.759.014,00	20.833.136,79	-9.925.877,21	
Despesa de capital	6.807.832,00	3.345.827,47	-3.462.004,53	